



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

### ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL REALIZADA NO DIA 17 OUTUBRO DE 2023

No dia dezessete de outubro de dois mil e vinte e três, na modalidade híbrida, via Plataforma *Teams*, foi realizada a Terceira Reunião Ordinária da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti).

Estiveram presentes na reunião os seguintes membros: **Representantes do Governo Federal:** Luiza Carvalho Fachin, representante suplente do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); Anne Caroline Luz Grudtner da Silva e Maria Augusta Rodrigues Gomes, representantes titular e suplente, respectivamente, do Ministério da Saúde (MS); Ana Carla Costa Rocha e Francisco Coullanges Xavier, representantes titular e suplente, respectivamente, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS); José Fernando da Silva e Andreia Figueira Minduca, representantes titular e suplente, respectivamente, do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC); Maria Carolina Santos de Lima, representante suplente do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP); **Representantes dos Trabalhadores:** Telma Maria Cardia e Iara Alvarenga Freire, representantes titular e suplente, respectivamente, da União Geral dos Trabalhadores (UGT); Leandra Cíntia Alves Perpétuo, representante suplente da Central Única dos Trabalhadores (CUT); Jessica Marques de Rezende e Fanny Ferreira Melo, representantes titular e suplente, respectivamente, da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); Joelia Rodrigues dos Santos Aguiar, representante suplente da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB). **Representantes dos Empregadores:** Carolina Carvalhais Vieira de Melo e Bruno da Silva Vasconcelos, representantes titular e suplente, respectivamente, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Magno da Silva Correia, representante suplente da Confederação Nacional do Transporte (CNT); Lucas Marinho Lima, representante suplente da Confederação Nacional da Indústria (CNI); Andrea Carolina da Cunha Tavares, representante suplente da Confederação Nacional do Turismo (CNTur). **Representante do Sistema de Justiça:** Luísa Carvalho Rodrigues e Cláudia de Mendonça Braga Soares, representantes titular e suplente, respectivamente, do Ministério Público do Trabalho (MPT); **Representantes da Sociedade Civil Organizada:** Katerina Volcov, representante titular do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI); Marta Volpi e Rozângela Borota Teixeira, representantes titular e suplente, respectivamente, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda); **Convidados Permanentes:** Erik Ferraz, representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT); **Adolescentes convidados:** Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira, representante da Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI; Willian Eleutério Azevedo dos Santos,



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

36 representante da Comitê de Participação Adolescente do Conanda (CPA); **Outros Convidados:**  
37 Ana Beatriz do Amaral Cid Ornelas, representante do Tribunal Superior do Trabalho (TST); Jean  
38 Carlos Ferreira Santos, representante da Polícia Rodoviária Federal (PRF); e Paula Moreira  
39 Neves Pereira, representante da Coordenação Nacional de Fiscalização do Trabalho Infantil do  
40 Ministério do Trabalho e Emprego. **Demais participantes:** Lúcia Helena Conceição de Souza,  
41 representante da Coordenação Geral do Combate ao Trabalho Escravo do Ministério dos  
42 Direitos Humanos e da Cidadania.

43

44 **Abertura:** A Sra. Luiza Carvalho Fachin cumprimenta todos e todas desejando que sejam muito bem-  
45 vindos e dá as boas-vindas, em especial, aos jovens e adolescentes que estão acompanhando a  
46 reunião e aos convidados especialistas do TST e da PRF que, pela primeira vez, estão presentes na  
47 reunião da Conaeti.

48 A Sra. Luiza Carvalho Fachin informa que está dando início à terceira reunião ordinária da Conaeti e,  
49 para quem ainda não a conhece, apresenta-se dizendo que é Auditora Fiscal do Trabalho e trabalha  
50 com o Sr. Roberto Padilha Guimarães na Coordenação Nacional de Fiscalização do Trabalho Infantil  
51 e que é sua suplente na CONAETI. Relata que o Sr. Roberto Padilha Guimarães está em uma viagem  
52 pela Secretaria de Inspeção do Trabalho, por isso ela irá conduzir a reunião e pede a colaboração de  
53 todos. Explica que está com a pauta da reunião e que o Sr. Roberto Padilha Guimarães deixou os itens  
54 que deveriam ser tratados. Informa que está presente, para auxiliar na reunião e fazer algumas  
55 intervenções, a Sra. Paula Moreira Neves Pereira, que também é Auditora Fiscal do Trabalho e  
56 trabalha na Coordenação Nacional Fiscalização do Trabalho Infantil.

57 A Sra. Luiza Carvalho Fachin informa que a previsão da duração da reunião é das catorze às dezessete  
58 horas e que acredita que, mesmo com o atraso de vinte minutos para o início da reunião, irá  
59 conseguir cumprir a pauta dentro do horário. Comenta que, seguindo a Sra. Katerina Volcov, que  
60 sempre faz as conduções brilhantes das reuniões, irá tentar dar um intervalo às quinze horas e trinta  
61 minutos para deixar o trabalho mais leve e menos cansativo. Em seguida, diz que apresentará a  
62 proposta de pauta, que é a mesma que estava no Ofício enviado a todos convidando para a reunião.  
63 Explica que irá fazer a leitura da pauta da reunião para que seja aprovada ou para que seja  
64 apresentada alguma consideração.

65 A Sra. Luiza Carvalho Fachin cita que o primeiro item da pauta é a aprovação da ata da Reunião  
66 Extraordinária que aconteceu no dia dezoito de julho; o segundo ponto é a apresentação dos  
67 convidados especialistas e dos adolescentes e jovens que estão participando da reunião; o terceiro  
68 item de pauta é o informe sobre o Projeto de Lei nº 5-A, de 2015; o quarto item é o informe sobre  
69 ações da unidade executora do Plano Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul; o quinto item é  
70 um informe sobre os operativos de fiscalização realizados pela Auditoria Fiscal do Trabalho; o sexto



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

71 item é uma proposta de trabalho para o grupo, que é a proposta de mapeamento das políticas, ações  
72 e planos nacionais relacionados ao combate do trabalho infantil; o 7º item, no mesmo sentido, é uma  
73 proposta de mapeamento das políticas ações e dos planos estaduais e municipais de erradicação do  
74 trabalho infantil; e, por fim, o item oitavo é a proposta de tema para a reunião ordinária do dia sete  
75 de dezembro, a última reunião ordinária do ano, e os informes gerais. Segue sua fala pedindo que,  
76 se alguém tiver alguma consideração, que apresente, e, se a pauta estiver aprovada, que todos se  
77 mantenham como estão. Aduz que, como não houve nenhuma manifestação, dará início de fato à  
78 reunião com o primeiro item de pauta que é aprovação da ata da Reunião Extraordinária que ocorreu  
79 no dia 18 de julho. Explica que a ata da referida reunião foi encaminhada junto com o ofício que  
80 convidou todos para a reunião por e-mail e que também foi disponibilizada no grupo de WhatsApp,  
81 sendo pedido que, até o dia 16, fossem enviadas as considerações a fim de serem efetuados os  
82 ajustes para realizar a aprovação naquele dia. Relata que foi recebida apenas uma consideração em  
83 relação à ata, que foi da Dra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, quando ela ainda estava  
84 representando o Ministério Público do Trabalho, que solicitou que fossem efetuadas algumas  
85 retificações em sua fala e que foram feitas todas as retificações e reencaminhada para ela com as  
86 adequações e que a mesma informou que estava tudo certo.

87 A Sra. Luiza Carvalho Fachin esclarece que não foi recebida mais nenhuma observação e que, sendo  
88 assim, considera a ata aprovada, se ninguém tiver objeção. Explica que estão com duas atas prontas  
89 até o momento, a da primeira reunião ordinária e essa da reunião extraordinária, e que espera na  
90 próxima reunião apresentar todas as atas e enfim ficar com o trabalho das atas em dia. Comenta que  
91 o segundo ponto da pauta é a apresentação dos convidados especialistas da CONAETI e dos  
92 adolescentes e jovens que estão participando da reunião, mas, antes disso, gostaria de dar as boas-  
93 vindas à Dra. Luísa Carvalho Rodrigues, que é a representante titular do Ministério Público do  
94 Trabalho. Informa que a portaria com a representação da Dra. Luísa Carvalho Rodrigues já foi  
95 publicada e que já está tudo formalizado, e que ela pode se manifestar, caso queira.

96 A Dra. Luísa Carvalho Rodrigues cumprimenta todos e todas presencialmente e virtualmente. Fala  
97 que é um prazer estar com todos e que é um prazer participar da Conaeti, que é uma honra. Diz estar  
98 feliz por estar à frente dessa missão no lugar de uma pessoa que foi muito ativa na pauta da infância,  
99 na instituição do MPT e também fora dela, que é a Dra. Ana Maria Villa Real Ferreira Ramos, que é  
100 uma pessoa que admira. Relata que espera poder dar continuidade aos entendimentos do Ministério  
101 Público do Trabalho na proteção da infância e da adolescência em todas as discussões que forem  
102 feitas na Conaeti e que coloca o Ministério Público do Trabalho à disposição para fazer contato e  
103 contribuir com os trabalhos. Por fim, agradece a recepção.



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

104 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece e em seguida dá as boas-vindas à Dra. Cláudia de Mendonça  
105 Braga Soares. Diz que acredita ser esta a primeira reunião presencial da qual a Dra. Cláudia de  
106 Mendonça Braga Soares participa e agradece a sua participação.

107 A Sra. Luiza Carvalho Fachin informa que passará para a apresentação dos adolescentes e jovens que  
108 estão participando da reunião. Anuncia que vai chamar cada um deles e abrir a palavra para que eles  
109 se apresentem e falem das expectativas e da importância de estarem participando, a partir daquele  
110 momento, das reuniões ordinárias da CONAETI. A Sra. Luiza Carvalho Fachin solicita que eles  
111 respeitem os prazos de aproximadamente 5 minutos, para conseguir passar pela apresentação de  
112 todos e cumprir todos os itens da pauta. Inicia a apresentação dos adolescentes e jovens informado  
113 que, pelo Comitê de Participação Adolescente do Conanda, o CPA, participa da reunião o adolescente  
114 Willian Eleutério Azevedo dos Santos, em seguida dá as boas-vindas e lhe passa a palavra.

115 O Sr. Willian Eleutério Azevedo dos Santos começa cumprimentando todos e se apresenta  
116 informando que tem 17 anos, é do estado de Sergipe e está representando o mesmo estado e o  
117 Comitê de Participação de Adolescentes do Conanda - Conselho Nacional dos Direitos da Criança e  
118 do Adolescente. Explica que foi escolhido pelos próprios adolescentes do CPA para representar o  
119 Comitê na Conaeti, que é uma Comissão muito importante que debate um tema de grande relevância  
120 na pauta da infância e adolescência, que precisa ter atenção de todos. Comenta que as crianças  
121 necessitam de uma política de erradicação do trabalho infantil efetiva, e não somente no papel, e  
122 que possa ser colocada cada vez mais no nosso dia a dia.

123 A Sra. Luiza Carvalho Fachin o agradece e lhe dá as boas-vindas. Em seguida, apresenta a jovem Vívian  
124 Rossane Silva Guedes Siqueira que participa da reunião pela Rede de Adolescentes e Jovens do  
125 FNPETI. Ela dá as boas-vindas à jovem e, em seguida, passa-lhe a palavra.

126 A jovem Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira começa cumprimentando e se apresentando para  
127 todos. Em seguida, diz que está representando a Rede de Jovens do Fórum Nacional de Prevenção e  
128 Erradicação do Trabalho Infantil, formado pelos adolescentes e jovens, e que desde 2019 estão  
129 resistindo para que a Rede continue colaborando e crescendo de forma muito efetiva e plural, porque  
130 a participação e o protagonismo infantojuvenil deve ser plural e deve ser validado. Aduz que é muito  
131 importante estarem ocupando espaços como o desta reunião e que ter jovens e adolescentes neste  
132 lugar é resultado de uma luta árdua de muitas pessoas, de muitos representantes, de forma nacional,  
133 estadual e até municipal. Relata que ela é resultado de uma constante resistência por parte dos  
134 jovens de sua cidade e do seu estado. Segue sua fala dizendo que está representando as resistências  
135 que existem na Rede de Adolescentes e Jovens do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do  
136 Trabalho Infantil. Agradece a todos que estão na reunião, que respeitam o momento de falas dos  
137 adolescentes e dos jovens. Enfatiza que é preciso ser colocada em pauta urgente a discussão sobre o



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

138 trabalho infantil, visto que o trabalho infantil é resultado de constantes violações de direitos, e  
139 ressalta que seja para agora, para hoje, que se discuta cada vez mais sobre o trabalho infantil, para  
140 que busquem estratégias para erradicar de fato, porque ainda existem muitas crianças e  
141 adolescentes que estão inseridos no trabalho infantil, o que faz com que o seu desenvolvimento seja  
142 ceifado de maneira muito triste. Agradece por estar presente na reunião, pela escuta, e por estar  
143 participando. Destaca que estes espaços sejam cada vez mais plurais e que as crianças e adolescentes  
144 possam participar, em seguida agradece.

145 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece e deseja as boas-vindas mais uma vez aos dois jovens que  
146 falaram anteriormente. Diz que eles têm um espaço de fala e que com certeza vão contribuir muito  
147 com o trabalho que será realizado na Comissão. Relata que, para o Comitê Nacional para Prevenção  
148 e Erradicação do Trabalho Infantil, o Conapeti, foi encaminhado o ofício para o Secretário Executivo,  
149 Dr. Antônio de Oliveira Lima, mas que a Conaeti não obteve resposta, nem a indicação de um jovem  
150 ou adolescente para participar da reunião e que não teve nenhum contato. Explica que foi  
151 encaminhado ofício, assim como foi encaminhado aos outros e recebidas as indicações e as  
152 confirmações de participação, mas que, do Dr. Antônio de Oliveira Lima, não tiveram resposta.  
153 Ressalta que conferiu o e-mail, inclusive, naquele mesmo dia, e pede para alguém conversar com ele,  
154 porque para a próxima reunião será encaminhado novamente. Diz que seria importante fazer essa  
155 ponte para garantir que, na próxima reunião, esteja alguém representando o Conapeti.

156 A Sra. Luiza Carvalho Fachin começa a apresentação dos convidados especialistas. Expõe que, como  
157 ficou deliberado durante as reuniões passadas, foram convidados para participar das reuniões  
158 ordinárias, na qualidade de especialistas, conforme prevê o §3º do artigo 16 do Decreto nº 11.496,  
159 de 2023, o representante do Tribunal Superior do Trabalho e o representante da Polícia Rodoviária  
160 Federal. Anuncia que naquela reunião conta com a participação da juíza do trabalho, a Dra. Ana  
161 Beatriz Do Amaral Cid Ornelas, representando o Tribunal Superior do Trabalho. Em seguida, agradece  
162 e diz ser muito importante a presença do TST na reunião. Destaca que a Conaeti reconhece o  
163 brilhante trabalho que vem sendo feito pelo Tribunal na erradicação do Trabalho Infantil e,  
164 especialmente, por meio do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem.  
165 A Sra. Luiza Carvalho Fachin dá as boas-vindas à Dra. Ana Beatriz do Amaral Cid Ornelas nas reuniões  
166 da Conaeti e solicita que, se possível, a mesma se apresente e fale um pouco do trabalho do Tribunal.

167 A Dra. Ana Beatriz Do Amaral Cid Ornelas começa cumprimentando a todos e todas que estão  
168 presentes pessoal e virtualmente. Agradece à Sra. Luiza Carvalho Fachin, em nome do Ministro Ivan  
169 Valadão, que é o Coordenador do Programa Nacional de Combate do Trabalho Infantil e Estímulo à  
170 Aprendizagem do TST. Diz ser uma grande honra fazer parte da Conaeti e auxiliar na erradicação do  
171 trabalho infantil. Comenta que o Poder Judiciário Trabalhista reconhece o trabalho infantil como uma  
172 grave violação aos direitos humanos. Explica que, por intermédio desse programa, existe, desde



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

173 2012, um programa institucional em que o Poder Judiciário Trabalhista reconhece a sua  
174 responsabilidade nesse problema social e econômico e como devem trabalhar. Destaca que, por  
175 meio do programa, eles têm vinte e quatro Tribunais Regionais que contam com pelo menos dois  
176 Juízes... (sem áudio de 13:56 a 15:21)

177 Depois de alguns minutos sem áudio, a Sra. Luiza Carvalho Fachin pede que, enquanto tiver algum  
178 microfone aberto, não mutem todos simultaneamente. Explica que, ao colocar todos no mudo, o  
179 aparelho que está fazendo a transmissão online também fica mudo, que foi o que aconteceu. Solicita  
180 que, quando for necessário silenciar um microfone, deve ser fechado o microfone daquela pessoa  
181 específica e não da reunião inteira. A Sra. Luiza Carvalho Fachin pede desculpas à Dra. Ana Beatriz Do  
182 Amaral Cid Ornelas pelo ocorrido.

183 A Dra. Ana Beatriz Do Amaral Cid Ornelas diz que não há problema. Explica que não se sabe se os  
184 participantes online ouviram alguma coisa, se querem que repita ou não, porque os participantes  
185 presentes internamente escutaram, para não ficar muito repetitivo. Em seguida, ela agradece em  
186 nome do Ministro e da Comissão e diz que estão à disposição para o que for necessário.

187 A Sra. Luiza Carvalho Fachin anuncia que está presente na reunião também o policial rodoviário  
188 federal, o Sr. Jean Carlos Ferreira Santos, representando a Polícia Rodoviária Federal, que também  
189 faz um brilhante trabalho no combate à exploração sexual de crianças e adolescentes,  
190 principalmente, por meio do Programa Mapear. Em seguidas dá as boas-vindas e passa a palavra para  
191 que ele se apresente e, se possível, fale sobre o trabalho da PRF.

192 O Sr. Jean Carlos Ferreira Santos começa desejando uma boa tarde a todos e informa que é da Divisão  
193 dos Direitos Humanos da Polícia Rodoviária Federal, que é uma divisão recentemente criada a partir  
194 do ano de 2023, com a nova gestão. Relata que já havia uma Comissão Nacional de Direitos Humanos  
195 até o ano de 2018 na PRF, mas, por conta de mudanças na direção e orientação do órgão, foi extinta.  
196 Diz que, salvo engano, desde o ano anterior existia uma ordem judicial para a retomada dessa área,  
197 desse setor de direitos humanos na Polícia Rodoviária Federal, haja vista os relevantes trabalhos que  
198 foram feitos em anos anteriores e por conta de episódios que acabaram colocando a instituição em  
199 xeque por conta do tratamento não profissional de algumas situações de rodovia. Expõe que a Polícia  
200 Federal é uma instituição com 95 anos de existência e que o trabalho na segurança pública é  
201 problemático, que estão em uma linha fronteira e que, dentro desse trabalho, conseguiram  
202 desenvolver um programa para o combate à exploração sexual de crianças e adolescentes.

203 O Sr. Jean Carlos Ferreira Santos relata que esse programa existe na Polícia desde o ano de 2003.  
204 Destaca que estão no vigésimo ano desse programa, que se chama Mapear. Explana que esse  
205 programa é realizado a cada dois anos e acontece nas vinte e seis unidades da federação, nos mais  
206 de setenta mil quilômetros de rodovia em que a PRF atua. Diz ter pouco conhecimento dos outros





## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

207 órgãos do Governo Federal, mas acha que a PRF consegue ter uma abrangência que poucos  
208 conseguem na mesma proporção e mesma capacidade de intervenção prática e efetiva na vida das  
209 pessoas. Afirma que esse programa tem uma estruturação interna, uma organização, que parte das  
210 vivências e dificuldades reais dos envolvidos e dessa necessidade de dar caráter concreto às ações  
211 dos servidores públicos envolvidos. Afirma que anotou detalhes muito específicos, mas que tentará  
212 resumir ao máximo para deixar a reunião fluir mais célere e objetiva.

213 A Sra. Luiza Carvalho Fachin diz a ele para ficar à vontade e lhe informa que já havia separado um  
214 tempo para as apresentações.

215 O Sr. Jean Carlos Ferreira Santos relata que, para organizar esse programa, os policiais, nas rodovias,  
216 identificam os pontos vulneráveis, que são os pontos de aglomeração de pessoas. Ele diz que  
217 quaisquer aglomerações de pessoas, independente se há ou não crianças, são pontos relevantes para  
218 serem observados pelos policiais e serem cadastrados como um ponto vulnerável para uma possível  
219 exploração sexual de crianças ou adolescentes. Esses pontos são classificados como “baixo”,  
220 “médio”, “alto” e “crítico” de risco. Dentro dessa classificação, a PRF sempre observa o tipo de  
221 estabelecimento, se é com pouca ou muita iluminação à noite; o tipo de vigilância e se tem ou não;  
222 se é um estacionamento; se tem um orelhão ou telefone próximo; se tem tráfico de drogas ou  
223 prostituição; ou se tem funcionários de comércio que são coniventes com esse tipo de atos ilícitos  
224 que acontecem na região; se está próximo de casas noturnas; se está próximo de vilarejos em área  
225 urbana ou rural; e a distância desses pontos vulneráveis de perímetros urbanos. Comenta que isso  
226 ocorre no Brasil todo, em todos os estados. Ele explica que essa classificação orienta os gestores para  
227 definir o trabalho do policial da ponta e que o policial vai se orientar a partir desses pontos que são  
228 coletados. E observa que, se nesses pontos existe prostituição de adultos efetiva, comprovada, vista,  
229 e se já houve uma ocorrência de prisão relativa à exploração sexual de crianças e adolescentes, ou  
230 pela lembrança do policial ou com algum boletim nos sistemas de registros dois últimos anos, é um  
231 ponto muito relevante de atenção máxima para a PRF observar. Se, nesse ponto, também tiver  
232 consumo de drogas e tráfico de drogas nos últimos vinte e quatro meses e se, nesse ponto, também  
233 tiver a presença constante de crianças e de adolescentes, assim como os critérios anteriormente  
234 citados, são os mais relevantes para a polícia montar esse padrão de policiamento e fiscalização  
235 dessas operações bienais. Ele também informa que esses pontos são visitados pelas equipes em  
236 diferentes horários do dia por serem móveis, às vezes, não tem nada em um estacionamento ou em  
237 um posto de gasolina de dia, mas, à noite, juntam-se pessoas, crianças, caminhoneiros, ou outros  
238 usuários da rodovia, logo, é preciso observar em diferentes horários o que acontece nesses pontos.  
239 Comenta que, de 2003 a 2023, houve uma redução dos pontos críticos em função desses trabalhos  
240 realizados, não só por conta do mapeamento e de saber quais são os pontos vulneráveis, mas pela  
241 ação específica de repressão. Dessa maneira, os pontos críticos foram diminuindo à medida que os



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

242 pontos de médio e baixo risco foram aumentando. Pontos de baixo e médio risco são pontos em que  
243 pode haver prisão, mas que nunca houve prisões ou comprovação de que houve exploração sexual  
244 de crianças ou adolescentes nesses locais. Ele informa que, de 2009, 2010, até 2021 e 2022, quando  
245 foram feitas as últimas coletas de dados, houve uma redução de 50,7% para 6,5% pontos críticos. Ele  
246 diz que em 2017 e 2018 a PRF passou a usar um aplicativo em todo o país. Os policiais baixam o  
247 aplicativo no celular, que é fornecido pela PRF e que, quando eles vão fazer esse trabalho na rodovia,  
248 eles vão coletando esses pontos por meio de GPS. Em 2017 e 2018, a PRF fez uma aproximação com  
249 o Ministério Público do Trabalho com foco na implementação do Decreto 6.481, de 2008, que se  
250 refere à Lista TIP (Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil) e que, em 2019 e 2020, foi o 5º biênio  
251 seguido de diminuição de pontos críticos em relação a 2009 e que entre 2021 e 2022 foram mapeados  
252 9.745 pontos vulneráveis no Brasil todo e, desses, 640 foram classificados como críticos. Repete que  
253 a operação de repressão resultou na redução dos pontos críticos para 6,5% e que mais 5 mil policiais  
254 foram envolvidos na última operação de combate à exploração sexual de criança e adolescentes e  
255 que foram acionados coordenadores regionais, coordenadores nacionais, pontos focais e todos os  
256 policiais para a implementação dessa operação que durou 24 dias. Essa ação partiu desse  
257 mapeamento prévio e a operação foi denominada de Oneesca (Operação Nacional de Combate à  
258 Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes) e que, ao longo desses anos, a PRF estabeleceu  
259 parcerias importantes e necessárias ao aprimoramento das ações e que ainda estão em evolução.  
260 Cita como exemplos as parcerias com a OIT e a Childhood. Conta que a Polícia Militar do Estado de  
261 Pernambuco, em 2017, tentou implementar o projeto em suas rodovias estaduais, assim como o  
262 Ministério Público do Trabalho, por meio da Coordenadoria Nacional de Combate à Exploração do  
263 Trabalho de Crianças e Adolescentes e a ASBRAD, Associação Brasileira de Defesa da Mulher da  
264 Infância e da Juventude. Ele explica que o projeto Mapear teve reconhecimento nacional e  
265 internacional e que recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos, do Ministério dos Direitos  
266 Humanos, assim como o Prêmio João Canuto, o Prêmio Nacional do Disque 100, o Prêmio Parceiro  
267 Estratégico e que também teve um prêmio reconhecido na ONU pelo Fórum de Segurança, em 2012.  
268 Comenta que o próximo desafio é passar esse conhecimento das rodovias federais para as rodovias  
269 estaduais e que precisam migrar esse conhecimento para as polícias estaduais e que o aplicativo  
270 precisa evoluir e que há um projeto para aprimoramento desse aplicativo e que precisam fazer  
271 revisão de critérios e associar, mais fortemente, os Conselhos Tutelares, pois dependem muito deles  
272 para dar encaminhamento às suas ações. Ele comenta que os Conselhos Tutelares espalhados pelo  
273 Brasil são muito diferentes até mesmo porque o país é muito extenso e que a PRF depende muito  
274 tanto da atuação dos Conselhos Tutelares como das Polícias Cíveis para os casos de encaminhamento  
275 da pessoa responsável pela exploração sexual das crianças e dos adolescentes. Observa que a  
276 tendência é de que esse mapeamento seja anual em vez de ser a cada dois anos e que esperam  
277 conseguir diminuir os pontos críticos cada vez mais e até mesmo extingui-los em suas áreas de





## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

278 atuação, que são as rodovias federais. Comenta que, basicamente, esse é o programa deles e que é  
279 específico, mas que, em termos de órgão público, lidam com muitas questões, que não conseguem  
280 pôr em prática, mas que, no caso deste projeto, foi possível traduzir as leis, os normativos internos e  
281 os decretos em ações e atos concretos dos servidores públicos e que esse é o objetivo e o coroamento  
282 do trabalho de uma instituição de qualquer órgão público quando o pensamento vira prática. Finaliza  
283 agradecendo e diz que a Polícia Federal Rodoviária fica envaidecida pelo convite de participar do  
284 fórum e que estão à disposição para contribuir e aprender com os órgãos parceiros e com os  
285 adolescentes que também participam deste fórum.

286 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece e diz que a apresentação foi fundamental para que possam  
287 conhecer um pouco mais do trabalho que é desenvolvido pela PRF e que a importância dessas  
288 reuniões é justamente permitir a troca de ideias e conhecer o que o outro está fazendo, para saber  
289 como podem contribuir com o trabalho da instituição e o que se pode aprender com esse trabalho.  
290 Afirma que, se esse mapeamento que a PRF faz da exploração sexual, existisse de forma mais efetiva  
291 também para o trabalho infantil nas suas outras formas, seria um sonho de todos para poder atingi-  
292 lo de forma mais efetiva. Declara também que é brilhante o mapeamento que a PRF faz e que isso é  
293 devido à capilaridade que a PRF tem como foi dito no começo da fala do Sr. Jean Carlos Ferreira  
294 Santos que eles estão presentes em todo território e que essa é uma grande dificuldade dos outros  
295 órgão porque são poucos e que estão presentes em alguns municípios e não se consegue abarcar  
296 tudo. A PRF está à frente de todos e, praticamente, abarcando todo o território nacional. Finaliza  
297 parabenizando-os pelo trabalho e que espera poder aprender mais com eles, com o que estão  
298 fazendo para que possam gerar ideias para desenvolver outros projetos e contribuir com o projeto  
299 da PRF. Comenta que eles também encontraram as mesmas dificuldades mencionadas com os  
300 Conselhos Tutelares. Os Conselhos Tutelares são inúmeros, cada um age de uma forma, a  
301 rotatividade dos conselheiros é muito grande e que nunca se sabe o que vão encontrar. Ela acredita  
302 que a Conaeti poderá contribuir com relação a essa temática e que poderiam pensar em um trabalho  
303 conjunto com a PRF: de passar informações para os Conselhos Tutelares e de apresentar o trabalho  
304 que é feito pela PRF para eles para que haja mais colaboração, pois de nada adianta a PRF impedir  
305 que a criança ou o adolescente sejam explorados se eles não tiverem o acolhimento necessário e se  
306 não forem encaminhados para as medidas que são cabíveis. Ela dá os parabéns novamente e diz que  
307 foi muito bom para todos poderem conhecer de forma mais detalhada o trabalho que é feito por eles  
308 e que sejam sempre muito bem-vindos. Em seguida, ela abre a palavra para que os demais presentes  
309 possam dar suas opiniões, assim como para o Sr. Jean Carlos Ferreira Santos ou para a Dra. Ana  
310 Beatriz do Amaral Cid Ornelas caso queiram fazer algum comentário antes da continuidade para o  
311 próximo item de pauta.



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

312 A Sra. Cláudia de Mendonça Braga Soares parabeniza a PRF e observa que é uma contribuição muito  
313 grande que eles dão a todos os estados. Ela explica que está na Coordenação Nacional, mas que  
314 também é Coordenadora Regional em Alagoas e que os dados que o Mapear colhe e que não  
315 somente colhe, mas realiza forças tarefas, juntamente com a Justiça do Trabalho, a Justiça Estadual  
316 e o MPT e que isso tem rendido frutos de ajuizamento de ações, inclusive, na esfera trabalhista, além  
317 da criminalização, também a reparação da vítima que é um outro olhar que estão buscando no  
318 Ministério Público do Trabalho. Enfatiza a importância de se fazer o registro do excelente trabalho  
319 realizado pela PRF e que espera que essa parceria seja mantida, pois é essencial.

320 A Sra. Katerina Volcov obtém a palavra e começa cumprimentando todos e todas e diz que fica muito  
321 feliz com a presença do pessoal da Rede de Adolescentes e Jovens do FNPETI (...) (sem áudio 36:37)  
322 (Realização do conserto do áudio no período de 36:37 a 57:46 da gravação).

323 A Sra. Luiza Carvalho Fachin pergunta se a Sra. Anne Caroline Luz Grudtner a escuta.

324 A Sra. Anne Caroline Luz Grudtner responde que sim.

325 A Sra. Luiza Carvalho Fachin então dá continuidade à reunião. Antes de passar a palavra para a Sra.  
326 Katerina Volcov, que estava falando antes de todo o problema no áudio, ela pergunta sobre as  
327 pessoas que haviam chegado há pouco na reunião: a Sra. Lucia Helena Conceição de Souza e o Sr.  
328 Erik Ferraz. Ela pede a eles que se apresentem.

329 A Sra. Lucia Helena Conceição de Souza se apresenta e diz que é da Coordenação Geral do Combate  
330 ao Trabalho Escravo do Ministério dos Direitos Humanos.

331 A Sra. Luiza Carvalho Fachin lhe deseja boas-vindas e pergunta pelo Sr. Erik Ferraz.

332 O Sr. Erik Ferraz informa que está com um problema na câmera e que não consegue abri-la. Ele  
333 explica que é da OIT Brasil e que está substituindo a Sra. Maria Cláudia Falcão que não pôde participar  
334 porque está em missão.

335 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece e passa a palavra para a Sra. Katerina Volcov.

336 A Sra. Katerina Volcov diz que continuará sua fala de onde parou: ela afirma que é imensamente  
337 importante que se lembre que existe uma ferramenta, o *SmartLab*, e que, nessa última revisão  
338 realizada na ferramenta, em junho, pegaram os dados do Mapear para colocar dentro da plataforma.  
339 Foi algo importante porque como ali é um compilado de dados sobre trabalho escravo, sobre  
340 trabalho infantil e questões relacionadas, por exemplo, com a Assistência Social, com a Educação.  
341 Foi um ganho quando pegaram os dados do Mapear e os colocaram dentro do sistema e dentro do  
342 mapa. Um ponto que vale destaque é que os dados, tanto do Mapear por município, quanto os dados



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

343 sobre o trabalho infantil que estão no SmartLab, estão à disposição para quem quiser ter acesso a  
344 essas informações. Fica então a indicação. Comenta que há municípios muito pequenos e que não se  
345 tem ideia do que acontece lá, ou ainda que se saiba que um grande número de subnotificações  
346 acontece por uma série de razões, é possível ter um certo panorama de várias políticas que têm  
347 relação direta com o trabalho infantil. Ela faz o convite para todos, todas e todes conhecerem o  
348 SmartLab e acessarem seus municípios e estados para terem uma base de dados bastante assertiva.

349 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece e pergunta se mais alguém gostaria de se manifestar sobre o  
350 segundo item de pauta. Como ninguém se manifesta, ela segue a reunião anunciando o terceiro item  
351 de pauta: o informe sobre o PL nº 05-A de 2015. Para contextualizar, ela explica que o motivo do  
352 tema ter sido trazido para a pauta da reunião foi que, no final do ano de 2022, a Secretaria de  
353 Inspeção do Trabalho, na época ainda Subsecretaria, foi instada a se manifestar sobre o PL nº 5-A  
354 que visa a alterar a Lei 11.788 que é a Lei do Estágio.

355 Em seguida, ela lê exatamente a justificativa que foi apresentada pelo autor do PL como objetivo  
356 para essa alteração da lei: *“Estender o benefício do estágio àqueles alunos dos anos finais do ensino  
357 fundamental regular, maiores de catorze anos de idade que têm horário ocioso no contraturno  
358 escolar e desejem desempenhar uma atividade no mundo do trabalho. Podendo para tal receber bolsa  
359 estágio mensal ou outra forma de contraprestação de serviço.”*

360 Ela explica que, após análise, a manifestação foi no sentido de que esse PL contraria frontalmente o  
361 disposto no Art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição e a Convenção nº 138 da OIT, pois é totalmente  
362 contrário à idade mínima para o trabalho no Brasil. Ela fala que o PL configura um grande retrocesso  
363 social, além de trazer prejuízos à educação dos adolescentes. Ela informa que, em setembro de 2023,  
364 aconteceu uma audiência pública sobre esse mesmo tema. Ela convida a Sra. Paula Moreira Neves  
365 Pereira, que participou da audiência, para falar sobre o que ocorreu e explica que depois abrirá a  
366 palavra para o Ministério Público do Trabalho que também estava presente, caso queira fazer alguma  
367 complementação.

368 A Sra. Paula Moreira Neves Pereira cumprimenta todos, informa que é auditora fiscal do trabalho e  
369 trabalha na Coordenação Nacional de Fiscalização do Trabalho Infantil juntamente com a Sra. Luiza  
370 Carvalho Fachin e o Sr. Roberto Padilha Guimarães. Ela comenta que, no dia 21 de setembro, ocorreu  
371 uma audiência pública na Câmara dos Deputados para debater o Projeto de Lei nº 5-A de 2015 que  
372 tem por objetivo alterar a Lei 11.788, de 2008, para permitir o estágio aos alunos dos anos finais do  
373 ensino fundamental regular com idade a partir de catorze anos. Ela explica que participou da  
374 audiência de forma *online* e destacou que, segundo a Constituição Federal, a idade mínima para o  
375 trabalho no Brasil é dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de catorze anos, e que o  
376 instituto da aprendizagem profissional, previsto na Constituição e regulamentado na Consolidação



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

377 das Leis do Trabalho, não se confunde com o instituto do estágio, disciplinado pela Lei nº 11.788, de  
378 2008.

379 Ela fala que também foi esclarecido, na audiência pública, que o estágio, embora seja um ato de  
380 caráter educativo supervisionado, é realizado no ambiente de trabalho de atividades laborais que  
381 são exercidas de forma contínua, subordinada e onerosa e, por essa razão, deve observar todas as  
382 normas de proteção ao trabalho do adolescente, inclusive, no que diz respeito à idade mínima para  
383 o trabalho que, no Brasil, é de dezesseis anos.

384 E, para concluir, destacou que, conforme exposto pela Sra. Luiza Carvalho Fachin, o Projeto de Lei  
385 viola direta e literalmente a Constituição Federal e a Convenção n. 138 da OIT e cria uma hipótese  
386 precarizada e prejudicial de trabalho para adolescentes quando, na verdade, o ordenamento jurídico  
387 só permite a aprendizagem profissional como exceção à idade mínima de dezesseis anos. Explica que  
388 também participaram da audiência pública o Coordenador Nacional de Fiscalização da Aprendizagem  
389 Profissional, o auditor fiscal do trabalho, o Sr. Leandro Carvalho, e a Coordenadora da Coordinfância  
390 do Ministério Público do Trabalho, a procuradora do trabalho, a Sra. Luísa Carvalho Rodrigues.  
391 Finaliza se colocando à disposição para quaisquer esclarecimentos e diz que é importante que a  
392 Conaeti esteja atenta à tramitação desse Projeto de Lei que viola a Constituição Federal.

393 A Sra. Katerina Volcov pergunta como está hoje a tramitação desse PL e quais serão os próximos  
394 passos dessa proposição para que possam saber, em termos de estratégia, visto que ele reduz  
395 direitos.

396 A Sra. Paula Moreira Neves Pereira responde que o PL estava na Subcomissão de Trabalho, no último  
397 andamento dele. Ela explica que poderá fazer a consulta e depois encaminhar, juntamente com a  
398 ata, o andamento atual dele.

399 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues apresenta-se como procuradora do trabalho e explica que,  
400 atualmente, está como Coordenadora Nacional da Coordinfância e que esteve junto com a Sra. Paula  
401 Moreira Neves Pereira e com o Sr. Leandro Carvalho nessa audiência pública. Explica que, como foi  
402 falado, esse Projeto de Lei é de 2015 e, em 2019, houve uma nota técnica do Ministério Público do  
403 Trabalho pela rejeição desse Projeto de Lei por considerá-lo inconstitucional, mas ela diz que não irá  
404 repetir o entendimento que já foi resumido perfeitamente bem pela Sra. Paula Moreira Neves  
405 Pereira. Comenta que qualquer projeto de lei que pretenda incluir outras formas de trabalho antes  
406 da idade mínima legalmente permitida para o trabalho prevista na Constituição será potencialmente  
407 inconstitucional. Comenta que também chegaram a questionar se esse Projeto de Lei não quer criar  
408 só uma nova precarização do trabalho, uma mão de obra barata.



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

409 Em seguida, explica que, em 2016, houve um arquivamento desse Projeto de Lei e que foi  
410 desarquivado posteriormente e que agora ele está na Comissão do Trabalho. Ela acredita que ele  
411 ainda não foi votado, não foi para a sessão da Comissão de Trabalho e que o MPT tem uma Secretaria  
412 de Assuntos Legislativos que vem acompanhando essa pauta. Comenta que, na oportunidade, a  
413 audiência pública foi convocada pelo requerimento de dois deputados, um deles era o relator que é  
414 a favor do projeto, já tinha feito um parecer pela aprovação desse Projeto de Lei e que o outro  
415 deputado que estava presidindo - ela não se recorda o nome - manifestou ao final que seria contrário  
416 ao projeto, mas ainda estava na Comissão de Trabalho. Ela pontua que todas as pessoas que falaram  
417 na audiência pública, falaram contrariamente ao Projeto de Lei e o fato de a audiência pública ter  
418 sido chamada muito em cima da hora e ter sido esvaziada a preocupou muito. De acordo com sua  
419 visão, não houve uma verdadeira mobilização. Afirma não saber o quanto houve de espaço de  
420 diálogo, por mais importante que tenha sido o seu posicionamento. Acredita que é um projeto de lei  
421 realmente muito preocupante e que eles, enquanto Ministério Público do Trabalho, vão seguir  
422 acompanhando e defendendo que esse projeto é inconstitucional. Comenta que poderá  
423 disponibilizar a nota técnica que foi elaborada pelo MPT e explica que esses projetos de lei costumam  
424 sofrer alterações ao longo do processo legislativo e que essas notas também são atualizadas  
425 conforme essas alterações vão acontecendo e que poderá contribuir e apresentar o que já foi  
426 defendido institucionalmente. Explica ainda que essas manifestações são muito técnicas e de  
427 excelência e, por mais que a audiência pública tenha sido esvaziada, o que foi levado possui muita  
428 qualidade e importância. Pelo menos, tiveram aquele espaço e que devem seguir monitorando para  
429 ver o que vai acontecer. Ela finaliza enfatizando que é realmente um PL muito preocupante.

430 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece e passa a palavra para a Sra. Marta Volpi.

431 A Sra. Marta Volpi cumprimenta o grupo e informa que representa o Conanda nesta Comissão e que  
432 no Conanda representa a Fundação Abrinq. Ela comenta que o Conanda também já se manifestou  
433 sobre esse PL há muito tempo, provavelmente, em 2015, quando ele surgiu e que as linhas de  
434 pensamento do Conanda são as mesmas já ditas: em primeiro lugar, o PL é inconstitucional, então, a  
435 lei não poderia abrir uma exceção para que adolescentes de catorze a dezesseis anos trabalhem sob  
436 qualquer condição diferente das de aprendiz. Ela também informa que o PL já tramitou e que é um  
437 projeto que a ex-deputada Cida Borghetti apresentou e que, quando ela deixou de ser deputada, ele  
438 foi ao arquivo e o Ricardo Barros o reapresentou, tanto que, na justificativa do projeto, ele menciona  
439 esse projeto da Cida Borghetti. Então, já tem um tempo que o PL vem tramitando com outra autora  
440 e com outro número sem que ele prospere, ela comentou achar diferente que o assunto venha à  
441 pauta agora. Ela informa que o PL está na Comissão de Trabalho e que, como a Sra. Katerina Volcov  
442 observou, a audiência pública, da qual a Sra. Paula Moreira Neves Pereira e a Sra. Luisa Carvalho  
443 Rodrigues participaram, não aparece na tramitação do PL e que o que consta é que o relator deu um



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

444 parecer em agosto e que ele deixou de ser membro da Comissão no dia 02/10/2023. Ela afirma que  
445 talvez haja um período em que possam verificar quem são os membros dessa Comissão para ver se  
446 algum deputado, que tenha o mesmo alinhamento de opiniões sobre a inconstitucionalidade do  
447 projeto, possa pegar a sua relatoria. Ela também se predispõe a levantar o da Cida Borghetti que  
448 ainda é uma discussão antiga. Ela acha que está na hora de pararem de fazer essas discussões eternas  
449 e pegar o que realmente vai melhorar tanto a empregabilidade do jovem, quanto a questão de  
450 ampliação da renda familiar porque, segundo ela, está tudo equivocado. Em seguida, ela responde a  
451 alguém que há relatoria e que está aguardando a designação de relator. Finaliza dizendo que há  
452 algum tempo tem discutido essa questão da empregabilidade do jovem sob o aspecto da  
453 precarização do trabalho e que está na hora de parar essa discussão e dar início a estratégias que vão  
454 ser realmente eficazes. Finaliza agradecendo.

455 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece à Sra. Marta Volpi pelas considerações e por ter conseguido de  
456 imediato saber como está o PL. Ela comenta que o Sr. Roberto Padilha Guimarães pediu que ela  
457 confirmasse com a Sra. Marta Volpi se, no Conanda, é feito o acompanhamento de todos os projetos  
458 de lei que envolvem crianças e adolescentes.

459 A Sra. Marta Volpi responde que o Conanda tem uma comissão chamada Comissão de Direitos  
460 Humanos e Ação Parlamentar que atua mais diretamente nos projetos de lei e que tenta fazer esse  
461 acompanhamento, mas que hoje fica muito nas mãos das instituições que fazem monitoramento  
462 legislativo levar as informações para o Conanda. Comenta que o Conanda pretende contratar uma  
463 assessoria própria para monitorar os projetos de lei de infância e adolescência pelo Conselho mesmo.  
464 Ela explica que as entidades do Conanda têm temas e limitações e que não conseguem mapear todo  
465 o complexo, mas que, de qualquer maneira, fazem esse acompanhamento. Declarou que pode levar  
466 essa provocação para o Conanda para que seja feita uma mobilização.

467 A Sra. Luiza Carvalho Fachin pede a colaboração da Sra. Marta Volpi nesse sentido na Conaeti, com o  
468 acompanhamento desses PLs. Ela diz que inclusive tem visto que a Sra. Marta Volpi tem postado no  
469 grupo alguns PLs para acompanhamento. Ela pede que quando for algo que realmente esteja em  
470 pauta no momento, que precise ser analisado de forma mais detalhada e debatido, que ela traga  
471 para a reunião, até mesmo para que saia uma manifestação da Conaeti. Ela explica que a Conaeti  
472 está começando e está sendo estruturada e que não consegue fazer esse acompanhamento de forma  
473 tão efetiva como o Conanda consegue. Ela pede à Sra. Marta Volpi que quando vir algo que precise  
474 ser tratado com urgência, que encaminhe para ela e para o Sr. Roberto Padilha Guimarães por email  
475 ou WhatsApp mesmo para que eles já coloquem na pauta da próxima reunião e que, se for algo  
476 realmente urgente, podem marcar até uma reunião extraordinária, pois assim poderão fazer um  
477 acompanhamento mais efetivo.





## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

478 A Sra. Marta Volpi diz que consegue e que estão revisando a listagem da Fundação Abrinq, inclusive  
479 para fornecer uma lista voltada para o Conanda do que ele monitora enquanto órgão e que ela, após  
480 esse trabalho de revisão, também pode fazer um filtro para trazer para a Conaeti aqueles que tratam  
481 de trabalho infantil. Desta forma, passarão a ter uma visão do panorama geral, além de poderem  
482 avisar semanalmente o que está em pauta ou o que foi tramitado. Ela explica que toda segunda-feira  
483 recebe essas informações e que, para ela, é muito simples repassá-las para os grupos temáticos e  
484 que pode continuar encaminhando para o grupo da Conaeti para que possam discutir sobre uma  
485 estratégia. Ela explica ter muito cuidado com o que posta no grupo para não tumultuar porque esse  
486 foi o acordo inicial e acha que esse acompanhamento inicial legislativo é muito relevante e delicado  
487 e que avisará os membros do grupo sempre que necessário.

488 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece as postagens, diz que estão acompanhando e que é um tema  
489 totalmente pertinente e que essas postagens são de interesse de todo o grupo. Ela novamente  
490 solicita que se for algo urgente que chame a atenção ali pelo grupo mesmo, pois estarão  
491 acompanhando. Em seguida, ela indaga se mais alguém gostaria de se manifestar sobre esse item da  
492 pauta.

493 A Sra. Ana Beatriz do Amaral Cid Ornelas comenta que participa da Comissão como especialista  
494 convidada e pergunta se poderia participar no grupo de WhatsApp para poder receber essas  
495 postagens.

496 A Sra. Luiza Carvalho Fachin responde que irá levar a questão ao Sr. Roberto Padilha Guimarães e  
497 que acredita que não haverá problema e que o grupo não tem nenhum tipo de discussão que não  
498 possa ser acompanhada por todos. Explica que, no grupo, são colocados os comunicados, os *links* e  
499 que facilita muito a comunicação.

500 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues também solicita a sua inclusão no grupo de WhatsApp.

501 A Sra. Luiza Carvalho Fachin comenta que, como não houve manifestações sobre o terceiro item, irá  
502 passar para o quarto item da pauta que são os informes sobre as ações da unidade executora do  
503 Plano de Erradicação do Trabalho Infantil do Mercosul e que será uma pauta bem rápida, são dois  
504 informes simples e que também há na reunião algumas pessoas que participam como representantes  
505 no Mercosul e que se quiserem contribuir, podem se manifestar. Ela explica que o representante da  
506 Secretaria de Inspeção do Trabalho no Mercosul é o Sr. Roberto Padilha Guimarães e que ele lhe  
507 passou todas as informações para serem repassadas nesta reunião da Comissão. Ela declara que o  
508 primeiro informe é sobre a Recomendação nº 05, de 2023, que trata sobre a erradicação infantil e a  
509 proteção ao adolescente trabalhador nas cadeias produtivas nacionais e transnacionais e que traz  
510 diversas propostas de ação para o combate ao trabalho infantil na cadeia produtiva. Entre as  
511 propostas, está a promoção de ações para que as próprias empresas revisem suas cadeias de



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

512 suprimidos e adequem suas políticas de compras para que de fato erradiquem o trabalho infantil.  
513 Outra proposta visa a promover o diálogo social e fortalecer o sistema da Inspeção do Trabalho e  
514 também promover a capacitação dos inspetores do trabalho, para que atuem diretamente no  
515 combate ao trabalho infantil nas cadeias produtivas que já se sabe que é um trabalho árduo, que  
516 depende de especialização, de conhecimento e que não é fácil se um trabalho dentro de uma cadeia  
517 produtiva e conseguir atingir todos os elos dessa cadeia para que de fato o trabalho infantil seja  
518 erradicado e que esse trabalho de capacitação e de fortalecimento da Inspeção do Trabalho é muito  
519 importante. Ela informa que uma outra proposta que está prevista nessa Recomendação é o  
520 fortalecimento dos instrumentos de apoio à transparência e à devida diligência nas empresas. Ela  
521 comunica que poderá compartilhar esse documento no grupo, para que tenham acesso à  
522 Recomendação com todas as ações previstas.

523 A Sra. Luiza Carvalho Fachin diz que, antes de abrir para manifestações, gostaria de passar um  
524 segundo informe ainda sobre o Mercosul, que trata das mesas de fronteira. Ela explica que, na  
525 reunião que foi realizada no dia 14 de setembro, sob a Presidência Pro Tempore do Brasil, as mesas  
526 de fronteira foram oficializadas por uma iniciativa do Brasil e já serão instaladas. Há previsão de que  
527 sejam instaladas duas mesas de fronteira, que são uma do Uruguai, na fronteira Uruguai e Brasil, que  
528 envolve os municípios de Rivera e Santana do Livramento e uma segunda mesa que é na fronteira da  
529 Argentina com o Paraguai que abarca a cidade de Posadas e Encarnación. A previsão de início dos  
530 trabalhos dessas mesas de fronteira é a partir do primeiro semestre de 2024 e depois o objetivo é  
531 que sejam instituídas outras mesas de fronteiras. Em seguida, ela passa a palavra para a Sra. Katerina  
532 Volcov.

533 A Sra. Katerina Volcov diz que queria entender o que são mesas de fronteira. Ela diz não ter a menor  
534 ideia e pergunta qual é o conceito de mesas de fronteira e que seria muito importante encaminhar o  
535 documento dessa Recomendação no grupo e por e-mail para terem conhecimento. Ela entende que  
536 participam só os países do Mercosul e que ela vai fazer aquela problematização básica. Ela diz pensar  
537 que todos esses espaços já promovem o diálogo social. Então quando se diz promover o diálogo  
538 social, o que seria?

539 A Sra. Luiza Carvalho Fachin responde à Sra. Katerina Volcov que, no caso as cadeias produtivas, é o  
540 diálogo social a nível amplo, envolvendo todos os atores no combate ao trabalho infantil da cadeia  
541 produtiva, e que a Sra. Katerina Volcov estava se referindo ao diálogo social dentro do Mercosul. Isso  
542 sim, mas é trazer como uma ação para envolver todos os atores que fazem parte das cadeias  
543 produtivas e que podem contribuir para o combate ao trabalho infantil.

544 A Sra. Katerina Volcov comenta que são muitas as cadeias produtivas. Ainda que dentro das fronteiras  
545 do Uruguai com o Brasil saibam quais são os produtos de exportação do Uruguai ou os produtos de



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

546 exportação da Argentina, porque é diferente do Brasil que tem uma gama muito maior de produtos.  
547 Ela pergunta se existe a lista das cadeias produtivas e quais são as cadeias produtivas prioritárias  
548 nesse trabalho entre os países.

549 A Sra. Luiza Carvalho Fachin responde que não sabe dizer se foi estabelecido algo em reunião, mas,  
550 na Recomendação, não. Há o termo cadeias produtivas, mas não é citada uma cadeia produtiva  
551 específica.

552 A Sra. Katerina Volcov pergunta sobre as mesas de fronteira.

553 A Sra. Luiza Carvalho Fachin responde que não saberá explicar detalhadamente sobre as mesas de  
554 fronteira porque ela não participa das reuniões do Mercosul, mas, explica que é um trabalho que é  
555 feito entre dois municípios fronteiriços que se reúnem para tratar da erradicação do trabalho infantil,  
556 em uma troca de experiências, mas também no combate do trabalho infantil abrangendo aqueles  
557 dois países. Ela explica que são a troca de informações e a construção de um trabalho conjunto que  
558 propiciam isso. E, finaliza pedindo à Sra. Katerina Volcov que, na reunião do dia 07 de dezembro, que  
559 será presidida pelo Sr. Roberto Padilha Guimarães, que é o representante no Mercosul, para que ele  
560 lhe passe todos os detalhes sobre as mesas de fronteira. Em seguida, diz que abrirá a palavra porque  
561 sabe que há inclusive pessoas das confederações presentes que participam como representantes no  
562 Mercosul para que caso queiram falar algo mais detalhado sobre as mesas de fronteira, peçam a  
563 palavra. E se alguém, mesmo que não participe do Mercosul, tiver um conhecimento mais profundo  
564 sobre o tema poderá falar também.

565 A Sra. Katerina Volcov diz que gostaria de fazer um comentário. Ela comenta que esteve  
566 recentemente no Uruguai e que tem um filho de dezesseis anos que mora lá. Ela contextualiza  
567 explicando que tratará de um assunto pessoal para chegar ao problema que pretende tratar. Ela  
568 comenta que a legislação uruguaia não permite que adolescentes menores de dezesseis anos  
569 trabalhem, nem sob a condição de aprendiz e que a partir dos dezesseis anos é que se pode ter a  
570 possibilidades de trabalho com autorização do pai e da mãe e que é o Governo Uruguaio, o Ministério  
571 do Trabalho que tem uma seção específica que autoriza o termo do formulário que o pai e a mãe  
572 preenchem e assinam. Em seguida diz que, pensando nos municípios ali fronteiriços, Rivera e Santana  
573 do Livramento e, que inclusive tem uma balsa onde as crianças saem de um município e vão jogar  
574 bola em outro município e que aí entram questões de legislação que são um pouco distintas e ao  
575 mesmo tempo tem esse fluxo de pessoas nessa localidade. Ela afirma que existe uma complexidade  
576 numa fiscalização naquela localidade no entendimento do que é trabalho infantil de um lado e do  
577 outro e, ao mesmo tempo, como fazer a lei se fazer presente naquele território por conta dessas  
578 especificidades de entendimento e de permissão para o trabalho. No Brasil, o adolescente de  
579 quatorze anos pode trabalhar na condição de aprendiz e que lá no Uruguai vai poder trabalhar, na



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

580 condição de aprendiz, porém apenas com dezesseis anos. Ela sugere, como pauta para algumas  
581 reuniões ordinárias, já que a Conaeti tem esse espaço em relação ao Mercosul, trazer um  
582 comparativo das legislações dos países, e que imagina que isso já deva existir e que é possível diante  
583 dessa entrada que o Ministério do Trabalho e Emprego tem e que seria importante trazer essas  
584 informações para saber como nossos vizinhos estão atuando, pois em termos de organização da  
585 sociedade civil, o Fórum Nacional tem contato, mas não possuem isso compilado e que teriam que  
586 fazer uma compilação e que existem publicações que falam sobre a redução da maioria penal, a  
587 idade penal para vários estados do continente americano, e que, em relação ao trabalho infantil,  
588 seria uma informação útil para todos e todas, ainda mais se a Conaeti tem essa relação direta por  
589 meio da representação da presença do Sr. Roberto Padilha Guimarães. E, como isso vai ficar  
590 registrado em ata, pensa que seria uma pauta interessante para trazer para a Conaeti.

591 A Sra. Luiza Carvalho Fachin diz que sim, com certeza, e comenta que tiveram a oportunidade na  
592 semana passada, em que foi realizado um seminário organizado pelo Brasil, que está na Presidência  
593 Pro Tempore no Mercosul, e que, nesse seminário, houve uma apresentação de todos os países do  
594 Mercosul sobre as suas experiências, enquanto Inspeção do Trabalho e trataram sobre a legislação  
595 de cada país, como atuam, comentaram também sobre a questão da idade mínima e que alguns  
596 países têm uma caderneta de autorização para o trabalho. Comenta que foi um seminário muito rico  
597 com as quatro apresentações e, inclusive, já aproveitando para fazer propaganda, explica que ele  
598 está disponível no canal da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho, a ENIT, no YouTube, e que ali já  
599 é possível tirar algumas dúvidas e conhecer um pouco mais das experiências dos outros países. As  
600 apresentações estão muito ricas e permitem compreender como acontece, no outro país, a  
601 fiscalização que é feita aqui no Brasil. Ela relata que teve essa experiência quando participou de uma  
602 missão no Peru e que realmente é muito interessante você falar: "Nossa eu faço meu trabalho assim  
603 no Brasil e olha como é feito no Peru". E prossegue dizendo que acha que as mesas de fronteira  
604 vieram para enfrentar isso e que lógico que as legislações têm que ser respeitadas e que não há como  
605 fazer com que a legislação brasileira seja cumprida no Peru e vice-versa. Então, é feito um trabalho  
606 de construção. Afirma que o que pode dizer é que as mesas de fronteira, pelo que o Sr. Roberto  
607 Padilha Guimarães fala, são muito eficientes e são muito bem-vindas e que por isso que o Brasil  
608 inclusive estimulou que fossem regulamentadas durante essa reunião da qual ele fez a Presidência  
609 Pro Tempore e que já fossem definidas as instituições de duas novas mesas de fronteira para o ano  
610 seguinte. Ela comenta que, de qualquer maneira, o pedido da Sra. Katerina Volcov está anotado e vai  
611 constar em ata e que ela vai pedir para o Sr. Roberto Padilha Guimarães colocar, na pauta do dia 07  
612 de dezembro, uma apresentação sobre as mesas de fronteira, inclusive, sobre as que já aconteceram  
613 e trazer os resultados disso. Em seguida, ela pergunta se mais alguém quer se manifestar sobre esses  
614 assuntos do Mercosul.



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

615 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues comenta que, nessa Recomendação, há a questão de fortalecer o  
616 diálogo social e que gostaria de saber se há alguma previsão com relação à responsabilização da  
617 cadeia produtiva, pois, para além do diálogo social, pois ações de prevenção e erradicação do  
618 trabalho infantil demandam, além de ações de sensibilização, ações de responsabilização e isso tem  
619 relação direta com o Ministério Público.

620 A Sra. Luiza Carvalho Fachin responde que tem o documento em mãos e que acha que o mais próximo  
621 disso é "fortalecer o acesso à justiça e a efetiva restituição dos direitos das crianças e adolescentes  
622 vítimas do trabalho infantil nas cadeias produtivas", o que não é diretamente responsabilização. E  
623 verifica no documento se há algo mais nesse sentido. E afirma que não: diretamente sobre  
624 responsabilização, não tem. E cita: "políticas de contratação responsável", "estímulo à economia  
625 formal", "ações de revisão das cadeias produtivas", "diálogo social" e que é mais nesse sentido e que  
626 não há sobre responsabilização. Comenta que, terminando a reunião, irá disponibilizar o documento  
627 no grupo da Conaeti.

628 A Sra. Luiza Carvalho Fachin diz que irá passar para o 5º item da pauta que são os operativos  
629 realizados pela Auditoria Fiscal do Trabalho nos últimos meses. Ela diz que o primeiro operativo que  
630 foi realizado foi o operativo do grupo especial de fiscalização móvel do combate ao trabalho infantil  
631 que é o GMTI, e foi uma ação realizada no estado do Pará para o combate ao trabalho infantil no açaí  
632 e que o grupo que participou dessa ação foi composto por auditores fiscais do trabalho, pelo  
633 Ministério Público do Trabalho, a procuradora Sra. Margaret, e também por uma equipe da Polícia  
634 Rodoviária Federal que prestou apoio de segurança para o trabalho. As ações aconteceram nos  
635 municípios Abaetetuba, Cametá, Igarapé-Miri e Mocajuba que são os municípios maiores produtores  
636 de açaí do Brasil. Ela explica que a cadeia produtiva do açaí mobiliza trezentas mil pessoas em mais  
637 de cinquenta e quatro municípios no estado do Pará e que 70% da renda das famílias ribeirinhas  
638 provém da produção do açaí e que isso seria muito bom se fosse em condições adequadas de  
639 trabalho. Essa dependência do açaí e as péssimas condições em que esse trabalho é realizado  
640 inclusive com a exploração do trabalho infantil trazem graves consequências sociais para a região.  
641 Ela comenta que os colegas que participaram da ação tiveram o depoimento de vários moradores  
642 das comunidades que foram visitadas e que relataram que as crianças a partir dos dez anos começam  
643 a trabalhar no debulhamento do açaí e que, quando chegam na adolescência, passam a fazer a  
644 colheita do açaí que envolve subida no pé do açaí. Ela explica que, como os adolescentes são mais  
645 leves, são eles que acabam subindo nos pés e conta que teve a oportunidade de ver alguns vídeos e  
646 pôde perceber que o pé de açaí é muito frágil, muito alto e muito fino e que balança muito quando  
647 a pessoa está subindo nele, então, tem que ser uma pessoa pequena leve e quem melhor do que um  
648 adolescente, que tem toda a agilidade da idade, o tamanho adequado para fazer isso, e, por esse  
649 motivo, são uma mão de obra desejada na colheita do açaí. Ela explica que a colheita abrange alguns



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

650 meses do ano, que se inicia nas primeiras horas da manhã e que os pés de açaí podem chegar até 15  
651 metros de altura. Os adolescentes escalam esses pés, assim como crianças, e chegam a escalar trinta  
652 pés de açaí por dia para fazer a colheita. Ela diz que quando eles vão para escola porque muitos no  
653 período da safra deixam totalmente os estudos para tentar produzir cada vez mais e obter uma renda  
654 maior, mas quando eles vão para a escola, chegam extremamente cansados. Então, aquele período  
655 letivo é totalmente improdutivo. Ela diz que esses foram relatos colhidos nas famílias nas  
656 comunidades que foram visitadas. Ela especifica que a colheita do açaí é uma das piores formas de  
657 trabalho infantil, embora não esteja expressamente prevista na lista TIP, ela envolve o trabalho em  
658 altura, o trabalho ao céu aberto, possui riscos físicos, riscos biológicos e que há as questões dos  
659 animais peçonhentos que são muito presentes na área e que outro relato dos ribeirinhos é que  
660 muitas pessoas acabam morrendo porque a comunidade não tem soro antiofídico à disposição e que  
661 precisam andar quilômetros para conseguir o soro e as pessoas acabam falecendo pela picada de  
662 cobra. Ela relata também que os colegas auditores que participaram da ação tiveram contato com  
663 pessoas hoje adultas que estão lesionadas, que têm algum tipo de limitação, inclusive para as  
664 atividades habituais em razão de acidentes que ocorreram na infância, principalmente, pela queda  
665 do pé de açaí no momento da colheita. Esses foram alguns dos relatos que foram colhidos, foram  
666 constatadas algumas crianças, algumas dezenas ali em situação de trabalho infantil, mas o principal  
667 objetivo dessa ação foi constatar o problema, identificar que ele realmente existe, conhecer a  
668 realidade daquela região, não só das crianças e dos adolescentes, mas da comunidade como um todo  
669 e a partir de agora construir um trabalho. Um trabalho de diálogo social envolvendo as entidades  
670 governamentais e não governamentais para a construção de soluções de fato efetivas para o trabalho  
671 infantil naquela região e, isso envolve muito mais do que tirar crianças e adolescentes daquela  
672 situação e que é preciso dar oportunidade para aquelas famílias para que de fato não tenham que  
673 voltar a ter os filhos submetidos àquelas condições e isso envolve geração de renda, formalização do  
674 trabalho, disponibilização de escola porque muitas comunidades ficam em centros distantes dos  
675 municípios e não têm escolas disponíveis, os pais não têm onde deixar as crianças e acabam levando  
676 para a colheita do açaí, e daí a pouco o menino já está subindo no pé também e isso gera mais renda.  
677 Ela explica que se trata de um trabalho árduo e que não vai ser uma construção fácil e que permeia  
678 muitos mais assuntos do que só o trabalho infantil e que ali é necessária realmente uma mudança de  
679 realidade social para toda aquela comunidade que está envolvida na colheita do açaí e é esse trabalho  
680 que está sendo desenvolvido. Explica que a ação aconteceu no final de julho, início de agosto, e que  
681 os colegas já retornaram para lá para participar de atividades que estão sendo feitas, reuniões,  
682 seminários. Ela explica que todas as prefeituras foram notificadas para apresentar ações e as políticas  
683 sociais estão envolvidas nesse processo e que estão nessa construção desse trabalho para que, daqui  
684 a um tempo, esses frutos sejam colhidos porque é isso que se espera. Em seguida ela passa a palavra  
685 para a jovem Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira.





## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

686 A jovem Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira diz ter deixado os quatro pontos de pauta terem  
687 passado e que ouviu alguns termos que não a deixaram feliz, e que por serem os membros da  
688 Comissão seus representantes, diz achar interessante que busquem termos até mais leves para  
689 serem tratados nas reuniões, já que, no momento, tem a possibilidade de haver nessas reuniões um  
690 adolescente e uma jovem. Diz falar mais pelo Willian Eleutério Azevedo dos Santos que ainda é um  
691 adolescente e que ela mesma é uma jovem que consegue compreender melhor. Ela diz que, se a Sra.  
692 Katerina Volcov teve certas dúvidas, imaginem ela e o Willian. Ela diz que precisam tratar mesmo  
693 sobre esses PLs, sobre essas situações e trazer justamente à tona essas situações do passado, para  
694 que não repitam no futuro ou até mesmo no próprio presente e que acha que é uma necessidade  
695 muito importante de colocar mesmo que não seja uma ação do Mercosul, mas uma ação do próprio  
696 Brasil de estabelecer justamente parceria com a juventude, porque a juventude pode auxiliar nessa  
697 pauta, nessa conversa, sobre a conscientização da erradicação do trabalho infantil que é uma  
698 necessidade extrema e que precisa ser urgente em nosso país. Afirma ter ouvido alguns termos e que  
699 até anotou alguns e explica que há situações em que se utilizam termos, como no caso do Sr. Jean  
700 Carlos Ferreira Santos, quando ele cita "atrapalhar o abuso e a exploração sexual", e que não sabe se  
701 ele acabou se ouvindo e que ficou pensando no termo "atrapalhar" e que talvez não tenha  
702 compreendido tão bem a forma como ele foi aplicado nessa questão e que precisam começar a rever  
703 que estão falando sobre trabalho infantil, mas que o trabalho infantil é, na verdade, o resultado de  
704 constante violações de direitos, então, se não trabalharem a situação da população e se não derem  
705 condições de trabalho a esses pais, a essas mães e se não organizarem a sociedade, não derem  
706 possibilidades, vai haver cada vez mais crianças e adolescentes no trabalho infantil. Ela comenta que  
707 a doutora trouxe a situação do açai e que no Nordeste, onde ela está, tem a situação do sururu que  
708 é cata de sururu em que muitas crianças trabalham, e que há o trabalho efetivo de tentar erradicar  
709 justamente esse tipo de exploração, mas que precisam ter mais mãos. Afirma que uma das ações que  
710 pode ser inserida é justamente colocar o adolescente, o jovem como um dos pontos, como um dos  
711 colaboradores para que a rede consiga ser ampliada até porque é dentro da escola também que  
712 consegue ter essa comunicação ainda mais efetiva com os jovens e adolescentes, e então inserir  
713 temáticas como essa para que possam discutir e debater é muito válido. E mais uma vez ela agradece  
714 a oportunidade de fala, e que ela queria fazer esse pedido que essas ações possam ter cada vez mais  
715 a participação de adolescentes e jovens do Brasil todo porque isso vai fazer com que a fala, com que  
716 a permanência dessa força para erradicar o trabalho infantil seja ainda mais forte e, que então não  
717 existe só uma rede formada por especialistas, não existe somente uma rede formada por pessoas  
718 que estão no governo, deve sim cada vez mais existir representante da sociedade civil, como também  
719 representante de quem está diariamente vivendo essas situações, que são as crianças, os  
720 adolescentes e os jovens e que não se fala sobre algo sem a representação destes. Ela diz que, após  
721 refletir por muito tempo, que ela é uma das vítimas do trabalho doméstico, que foi explorada pela  
722 própria mãe e que acha que há uma necessidade de começar a rever essas situações, ouvir sim e  
723 colocar como pauta a participação e o protagonismo infantojuvenil porque através dessa



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

724 participação social que vão conseguir quebrar algumas barreiras para que trabalho possa ficar cada  
725 vez mais amplo.

726 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece as contribuições e por todos os apontamentos da jovem Vívia  
727 Rossane Silva Guedes Siqueira e, em seguida, pergunta se alguém quer fazer alguma consideração.  
728 Em seguida, passa a palavra para a Sra. Cláudia de Mendonça Braga Soares.

729 A Sra. Cláudia de Mendonça Braga Soares diz que, aproveitando que a jovem Vívia Rossane Silva  
730 Guedes Siqueira vem de Alagoas e que ela falou de uma realidade, que é a cadeia produtiva do  
731 sururu, e que há um procedimento promocional lá sobre o sururu, ela observa que um fato  
732 interessante é que os problemas se repetem nessas cadeias produtivas. Os contextos mudam, mas  
733 os problemas são basicamente os mesmos e que, claro, há alguns recortes, mas, tudo o que foi dito  
734 na reunião sobre as cadeias produtivas, como no exemplo do açaí, se aplicam lá. Ela diz que  
735 acompanha tudo de perto e que realmente são violações sistemáticas e, na ponta, vai ter o trabalho  
736 infantil. Ela explica que foi uma comunidade que foi retirada do seu local de origem, onde tinha sua  
737 vocação econômica, e que não existem políticas públicas que acompanhem as realocações dessas  
738 famílias e que elas ficam abandonadas pelo poder público. Diz que lá, particularmente, e que a jovem  
739 Vívia Rossane Silva Guedes Siqueira também deve saber que, na ponta, essas crianças ainda  
740 estavam sendo retiradas dos seus lares, porque havia trabalho infantil e o Conselho Tutelar ia fazer  
741 a visita e a família terminava perdendo a guarda do seu filho. Ela explica que lá não há escola e que  
742 há um déficit de aproximadamente trinta e três mil vagas na rede pública. Então, não tem escola, é  
743 um fato. Hoje, Maceió não tem políticas públicas, basicamente, foi tudo desconstruído e não só pela  
744 pandemia, a questão política é muito forte, não se dá atenção ao trabalho infantil. O MPT tem um  
745 trabalho muito grande lá em relação a todas essas questões e que cada lugar terá sua cadeia  
746 produtiva. Ela afirma que achou interessante a fala da Sra. Katerina Volcov que questiona se houve  
747 o mapeamento dessas cadeias e acha que a construção é macro. São questões de transferência de  
748 renda, são políticas públicas e esse diálogo da política de transferência de renda com a proteção  
749 social também é muito importante porque às vezes não se dialoga, há famílias comandadas por  
750 mulheres que recebem o Bolsa Família em um valor muito pequeno e que não têm como sair para  
751 trabalhar para receber o Bolsa. Então, os adolescentes saem para trabalhar, enquanto elas ficam nos  
752 lares. Logo, é preciso dialogar com essas políticas públicas: de proteção social e a de incremento de  
753 renda. Ela termina agradecendo a participação da jovem Vívia Rossane Silva Guedes Siqueira.

754 A Sra. Luiza Carvalho Fachin diz que é exatamente isso: as cadeias produtivas, como a do açaí, do  
755 sururu, fábricas de farinha, vê-se a mesma realidade em praticamente todas e envolve muito mais  
756 do que tirar aquela criança ou adolescente daquela situação. Se não forem dadas condições para que  
757 aquela comunidade mude a sua realidade, isso nunca irá mudar porque se trata da questão do ciclo  
758 da pobreza que é sempre falada: a criança vai para o trabalho e não estuda, não estudando ela não  
759 tem melhores condições e volta para aquilo que os pais já faziam. Então, é um trabalho árduo que



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

760 precisa ser construído, que envolve todo mundo, pois não adianta a Auditoria, o Ministério Público  
761 etc., é preciso todos estarem juntos, para que todas as políticas realmente aconteçam naquele local.

762 A Sra. Marta Volpi comenta que várias pessoas mencionaram a respeito de não ter onde deixar a  
763 criança. Não necessariamente é uma situação em que precisa tanto do esforço da criança, do  
764 trabalho da criança naquele ambiente não familiar, mas que os pais levam por não ter onde deixar.  
765 Por isso, há um papel muito importante em relação ao MEC, aos esportes, à cultura para ter um lugar  
766 onde ficar produzindo coisas que são próprias de crianças e adolescentes e que há, sim, uma outra  
767 realidade em que a criança soma uma quantia à renda familiar e que depende daquele trabalho para  
768 viver, e que tem que haver uma conversa sobre políticas para que consigam prosperar. Ela diz que  
769 essa fala de “não ter onde deixar” também aparece muito em outros contextos e que precisa ver  
770 onde deixar, pois se é parte do problema, precisam buscar uma solução. Ela agradece.

771 Em seguida, a Sra. Luiza Carvalho Fachin passa a palavra ao Sr. José Fernando da Silva.

772 O Sr. José Fernando da Silva diz que esteve no mês passado na comitiva do Marajó em duas cidades:  
773 Soure e Cachoeira do Arari. E que, sobretudo, em Cachoeira do Arari, há relato de trabalho infantil  
774 na zona rural, tanto na pesca, quanto na coleta do açaí. A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança  
775 e do Adolescente está produzindo um relatório disso, mas muito mais amplo, pois essa é só uma das  
776 violações. Ele pergunta se, desse relato que a Sra. Luiza Carvalho Fachin fez, há algum relatório que  
777 possa ajudar, a partir da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a apresentar  
778 propostas específicas para aquele arquipélago.

779 A Sra. Luiza Carvalho Fachin responde que há sim um relatório, que está na fase final de elaboração,  
780 consolidando as últimas informações do que aconteceu no mês passado, pois houve uma volta dos  
781 auditores para o Pará. Ela diz que deixará anotado e passará para o Sr. Roberto Padilha Guimarães  
782 para que ele entre em contato e possam fazer essa troca de informação.

783 O Sr. José Fernando da Silva agradece.

784 A Dra. Ana Beatriz do Amaral Cid Ornelas comenta que achou muito interessante a colocação da  
785 jovem Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira de que os adolescentes e as crianças têm que ser ouvidos  
786 porque muitas vezes se discute um problema, o foco fica somente no trabalho infantil, mas o  
787 problema é muito maior do que isso. O problema é da própria família, a família também é vítima.  
788 Muitas vezes a família é criminalizada - ela comenta que estava discutindo essa questão mais cedo  
789 com a Sra. Marta Volpi -, mas ela é vítima. E explica que, normalmente, são mães solo e estão com  
790 duas, três crianças. Elas não têm creches, não há escolas em tempo integral, não há restaurantes  
791 comunitários, não há lavanderias comunitárias e elas têm que sustentar essas crianças, então, é uma  
792 questão de subsistência. Muitas vezes, é visto como abandono da criança, mas deve-se pensar de  
793 uma maneira muito mais ampla, a política tem que abranger de uma forma mais ampla toda a família  
794 e não apenas aquele olhar para a criança. E como a Dra. Cláudia de Mendonça Braga Soares disse,



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

795 muitas vezes, o Conselho Tutelar retira a criança e o problema fica muito maior, porque não é  
796 retirando a criança do núcleo familiar que o problema é resolvido. Então ela acha que é muito  
797 importante e que durante esse período da pandemia as vulnerabilidades aumentaram, as crianças  
798 continuam com as escolas precarizadas, o número de analfabetos aumentou consideravelmente,  
799 então, são crianças de doze, treze anos que ainda não sabem ler e acabam desestimuladas a  
800 continuar na escola e o único caminho é ir para o trabalho ajudar na subsistência. Então é um  
801 problema que tem que se pensar de uma forma bem mais amplificada.

802 A Sra. Luiza Carvalho Fachin passa a palavra para a Sra. Katerina Volcov.

803 A Sra. Katerina Volcov diz que, pensando primeiramente na fala da jovem Vívian Rossane Silva  
804 Guedes Siqueira, entende a importância de se chamar a juventude para participar dessas mesas de  
805 fronteira, dessa narrativa das ações do EPETI do Mercosul, e que, caso ela realmente tenha entendido  
806 o que sejam essas mesas, seria válido que a jovem Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira informasse  
807 no chat ou falasse se foi essa a sua intenção quando se referiu à participação nesses espaços também,  
808 pois os adolescentes fazem parte daquele território e precisam ser ouvidos. Ela informa que, em  
809 relação à situação do Pará, o Fórum tem um projeto no Marajó também e que ela trará mais  
810 informações na reunião do Fórum do dia de vinte e oito de novembro porque boa parte dos  
811 presentes, se não todos, fazem parte do Fórum. Ela comenta que há algumas cadeias produtivas, em  
812 algumas localidades que têm uma questão diferenciada e que a região Norte tem uma questão  
813 diferenciada porque o acesso aos serviços não é feito da mesma forma que em São Paulo, Ceará,  
814 Alagoas por ser uma região permeada de rios, e agora esses rios estão secos. Então a ambulância do  
815 SUS, “ambulancha” como eles chamam, com os rios secos não conseguem fazer seu trabalho de levar  
816 o soro antiofídico numa determinada localidade. As técnicas da Assistência Social não conseguem  
817 chegar às comunidades ribeirinhas mais distantes porque não tem lancha e dependem, por exemplo,  
818 da Secretaria da Educação para conseguir uma lancha emprestada. A família, que recebe o Bolsa  
819 Família, vai uma vez ao mês na cidade, e é nesse momento que ela acessa o serviço de saúde, e se  
820 esse serviço de saúde não funciona naquele dia, ela deixa de fazer o controle de pré-natal ou da  
821 vacinação das crianças, por exemplo, e aí vai sucedendo uma série de tragédias. O custo de um  
822 serviço básico para um direito ser garantido do Norte é diferente do preço desse serviço no Sul, e aí  
823 temos algo chamado *fator amazônico*, que precisa ser colocado em pauta. Então o Ministério dos  
824 Direitos Humanos e da Cidadania, por meio da Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do  
825 Adolescente, está produzindo um relatório, o Ministério do Trabalho e Emprego está produzindo um  
826 relatório sobre o Pará, o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil também  
827 está finalizando um relatório sobre essa situação. A partir disso, ela sugere como pauta fazerem uma  
828 discussão qualificada sobre o trabalho infantil na região Norte e, se possível, trazerem um especialista  
829 em termos de conhecimento da região Norte, um pesquisador de uma Federal do Pará ou do  
830 Amazonas para discutir o fator amazônico, porque não vão resolver o trabalho infantil e o acesso a  
831 essas políticas sem considerar que os custos são distintos. Finaliza dizendo que gostaria de deixar



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

832 registrado e de fazer essa sugestão porque ela acha que, apesar de não haver um ribeirão na  
833 reunião, ela teve contato com eles e que seria o mínimo, em termos de Direitos Humanos, trazer  
834 essas realidades para poderem construir uma solução em prol dessa população.

835 A Sra. Luiza Carvalho Fachin diz que a Sra. Katerina Volcov adiantou o item oito de pauta que era a  
836 definição da pauta para a próxima reunião e a sugestão é justamente essa, o trabalho infantil na  
837 Amazônia, e que possam trazer especialistas e discutir o tema de forma mais profunda. Mas, como  
838 vai depender de aprovação, o tema será levado para o oitavo item da pauta, mas que é justamente  
839 isso que a Sra. Katerina Volcov falou. Em seguida, ela pergunta se tem mais alguma manifestação  
840 sobre a questão do açaí.

841 O Sr. Jean Carlos Ferreira Santos anuncia que fará uma pergunta e um comentário. Ele pergunta se o  
842 regime de trabalho do açaí é por cooperativa ou se são funcionários de patrões e como se dá a  
843 organização do trabalho das crianças. Já, sobre o comentário, ele afirma que a fala da jovem Vívia  
844 Rossane Silva Guedes Siqueira é importante e que a acolhe com felicidade. Explica que, como está  
845 dentro do órgão, às vezes, tem uma linguagem que se autoelogia, que se engrandece e que precisam  
846 ser pautados pela sociedade civil e pelas pessoas que realmente são as destinatárias das políticas que  
847 são pensadas dentro dos órgãos. A jovem Sra. Vívian Rossane Silva Guedes Siqueira falou sobre  
848 termos e ela tem toda a razão, pois os termos moldam o nosso modo de pensamento e a nossa ação.  
849 Ele termina agradecendo à jovem pelo destaque e pela possibilidade de poderem melhorar o que  
850 falam e o que praticam.

851 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece e responde sua pergunta: o trabalho no açaí se apresenta de  
852 diversas formas ali e que a questão das cooperativas é justamente uma demanda daquelas famílias  
853 para que eles consigam de fato estruturar cooperativas e melhorar as condições de trabalho e de  
854 renda. Ela explica que as cooperativas ainda não são uma realidade presente ali e que existem  
855 grandes empresas por trás do açaí, que é um produto de alto valor, e que o trabalho infantil está  
856 mais presente na questão do familiar, daquela família que vende a sua produção para uma pessoa  
857 que vende para uma média empresa até chegar a uma grande empresa que é exportadora do açaí,  
858 que seria mais ou menos esse o caminho. São as famílias que trabalham ali no extrativismo mesmo,  
859 na extração do açaí, e que não estão presentes nem a questão da formalização, nem a questão das  
860 cooperativas. Essa é basicamente a renda. Então, por isso, a questão da cadeia produtiva e da  
861 dificuldade de responsabilização e de erradicação do trabalho infantil em toda a cadeia porque ela  
862 começa lá na ponta com a colheita do açaí, mas até esse açaí chegar à grande empresa, que é a  
863 exportadora, ele percorre um longo caminho.

864 Após, a Sra. Luiza Carvalho Fachin passa a palavra para o Sr. Erik Ferraz.

865 O Sr. Erik Ferraz cumprimenta todos e informa que representa a OIT Brasil. Ele comenta que gostaria  
866 de fazer uma contribuição sobre essa discussão do trabalho infantil na região Norte porque, nos  
867 últimos anos, a OIT fez um trabalho na cadeia produtiva da castanha do Brasil e, nesse trabalho,



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

868 contaram muito com o apoio técnico das instituições locais, do pessoal das universidades federais do  
869 Norte, conseguiram o contato de uma boa equipe que os apoiou, indo a campo e fazendo o  
870 diagnóstico – um pouco na linha do que a Sra. Katerina Volcov falou. E prossegue dizendo que, para  
871 auxiliar nesse debate, gostaria de comentar que, nessa cadeia específica da castanha do Brasil, ficou  
872 muito evidente um problema que acaba gerando toda essa situação de trabalho infantil que é a  
873 questão da educação que é oferecida a essas crianças e adolescentes naquela região. Ele explica que,  
874 por causa desse trabalho que a OIT fez nos últimos anos na cadeia da castanha do Brasil, ela retomou,  
875 nesse ano, o aprofundamento de um estudo com foco específico nessa questão da educação. Ele  
876 acredita que, muito em breve, até o final desse ano, poderão contribuir tecnicamente com essa  
877 discussão, através da relatoria do consultor que a Organização contratou e que está em campo,  
878 fazendo esse trabalho para poder identificar a questão da educação nessa região, especificamente,  
879 na região de boca do Acre, onde tem muita produção da castanha do Brasil. O foco será a educação  
880 dessas crianças e adolescentes que estão inseridas no trabalho infantil dessa cadeia. Comentou que  
881 teve acesso, na semana passada, ao relatório preliminar, não é o final ainda, e confessa que ficou  
882 bastante chocado com a situação da educação que é oferecida às crianças e aos adolescentes daquela  
883 região e que sabe que isso acaba sendo uma das grandes origens do trabalho infantil, crianças que  
884 não conseguem uma boa qualificação e acabam também tendo poucas oportunidades no mercado  
885 laboral que acaba levando-os a essa situação, não só o trabalho infantil, mas também a situações de  
886 trabalho precário na sua fase adulta. Ele diz que muito em breve poderão contribuir, a depender do  
887 que seja decidido em pauta para a próxima reunião, eles poderão contribuir com esse debate do  
888 trabalho infantil na região Norte e especificamente com esse eixo da educação na cadeia produtiva  
889 da castanha do Brasil.

890 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece ao Sr. Erik Ferraz pela contribuição e acha que só vem ao  
891 encontro de tudo o que foi falado: que nas cadeias produtivas se repete. Então, na castanha do Brasil,  
892 é a mesma situação que se encontra.

893 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues diz que uma das principais preocupações, enquanto Ministério  
894 Público, é realmente a questão das cadeias produtivas, não só trabalho infantil, mas também  
895 trabalho escravo e outras questões trabalhistas e que ela gostaria de trazer como tem sido a atuação  
896 do Ministério Público nesses casos: muitas vezes, iniciam-se de procedimentos promocionais que são  
897 procedimentos que não são investigativos propriamente ditos, mas que buscam realmente essa  
898 articulação com todos os órgãos da região para buscar efetivamente a promoção de políticas públicas  
899 e, a partir dessas atuações promocionais, eles têm buscado parcerias com vários órgãos, cada um  
900 dentro da sua área de atribuição e das suas expertises, fazer um verdadeiro diagnóstico da cadeia  
901 produtiva e entender para que consigam visualizar como acontece. Como já se sabe, o trabalho  
902 infantil acontece na base e quem se beneficia disso? Entender toda essa cadeia de pessoas que se  
903 beneficiam dessa exploração, e a partir desses diagnósticos, o MPT vem atuando em algumas frentes,  
904 não em uma frente única, mas, a partir desses diagnósticos de cadeias produtivas, são feitas





## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

905 investigações propriamente ditas. Então, especificamente, em algumas cadeias produtivas, em que  
906 já há um melhor mapeamento da situação, já existem investigações e também, em paralelo, são  
907 feitas atuações frente aos municípios para exigir as políticas públicas. E explica que, com relação aos  
908 municípios, o MPT tem um projeto chamado “Resgate à Infância”, que atua em três eixos que são  
909 projetos autônomos também, mas que consistem basicamente neste deslocamento de procuradores  
910 para as regiões em que são identificadas essas vulnerabilidades sociais múltiplas e que há essa maior  
911 ocorrência do trabalho infantil para fazer realmente uma avaliação dos equipamentos  
912 socioassistenciais, e que, normalmente, fazem inspeções técnicas: CRAS, CREAS, reuniões com o  
913 CMDCA, equipe de referência - se é que tem – do PETI, conversas com o Conselho Tutelar, com as  
914 prefeituras, ou seja, fazem toda essa parte de inspeções técnicas junto aos órgãos. Também buscam  
915 fazer oficinas de capacitação para os servidores públicos municipais das mais diversas áreas, mas,  
916 principalmente, educação, saúde e assistência social. Eles têm buscado fazer isso junto aos  
917 municípios para verificar se, realmente, o município está executando políticas de prevenção e  
918 erradicação do trabalho infantil. Comenta que esse é um dos projetos que o Ministério Público vem  
919 fazendo e que também desenvolvem investigações, em especial, daqueles que se beneficiam do  
920 trabalho infantil na cadeia produtiva. Em seguida, comenta que, especificamente, em relação ao açaí,  
921 o Ministério Público do Trabalho participou desse grupo móvel como foi falado e, a partir disso, tem  
922 investigações também concentradas na sede da Procuradoria Regional do Trabalho da Oitava Região  
923 que é Pará e Amapá, que se localiza em Belém, e que já existe investigação relacionada à questão  
924 trabalho infantil na cadeia produtiva do açaí. Ela diz que são investigações que ainda estão em  
925 andamento, mas, enfim, é uma atuação que vem sendo feita lá e que, na esteira do que foi falado  
926 pela Sra. Katerina Volcov, todos ali têm a sua atuação e, o Ministério Público, como sistema de  
927 garantias, também, e que é importante todos estarem em diálogo porque, às vezes, cada um faz sua  
928 parte de maneira individualizada e acaba não havendo comunicação e é importante ter essa  
929 articulação e levar essas informações nas reuniões, porque, às vezes, são nesses espaços que se fica  
930 sabendo. Ela diz que existe essa atuação lá e que também existem atuações em outras cadeias  
931 produtivas e que ela participou da do cacau, em que foram para municípios no sul da Bahia. Ela foi a  
932 dois municípios: Ibirapitanga e Jitaúna. Na época, foi feito um mapeamento dos municípios onde  
933 teria maior incidência de trabalho infantil na cadeia produtiva do cacau e fizeram termos de ajuste  
934 de conduta com os municípios e ajuizaram ações. No município pelo qual ela ficou responsável,  
935 Jitaúna, houve o ajuizamento de ação civil pública para melhor execução e melhor estruturação do  
936 sistema de Assistência Social. Explica que eles vêm fazendo a atuação dessa forma e que sobre a  
937 questão das cooperativas, sobre a questão do açaí e do quê se ouve e não só, mas em outras cadeias  
938 produtivas também é importante entender que há situações de cooperativas fraudulentas, que são  
939 cooperativas falsas, em que, na verdade, as pessoas não são cooperadas, são trabalhadores  
940 empregados de alguém, mas que não tem essa formalização e que é muito importante ter esse  
941 cuidado. E, ao mesmo tempo, por outro lado, há o verdadeiro cooperativismo e que essas situações,  
942 que envolvem trabalho familiar em comunidades tradicionais, ribeirinhas, é preciso pensar em uma



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

943 economia solidária. Em sua visão, é o cooperativismo solidário que realmente irá gerar renda e  
944 melhor estruturar a vida dessas famílias. Ela acha importante ter esse olhar e entender como  
945 funcionam as cadeias produtivas. E, aproveitando o que foi mencionado, nesse intuito realmente dos  
946 presentes trocarem informações e aproximarem suas atuações, ela informa que o MPT está  
947 realizando esse projeto que já havia falado, o "Resgate à infância", ao longo desse ano, ela não sabe  
948 dizer ao certo quantos municípios foram, mas o MPT tem feito o "Resgate à Infância" na região do  
949 Marajó, no Pará, e que é uma das situações mais preocupantes que eles já verificaram enquanto  
950 Ministério Público. Realmente, há uma ausência muito forte do Estado. Ela comenta que já é de  
951 conhecimento de todos que o trabalho infantil é um problema social e que não é necessário "rezar a  
952 missa para o padre". Já se sabe que é uma questão complexa, multifatorial e que não é fácil de  
953 combater, então eles têm que buscar essas frentes, pois lá é uma situação que merece um olhar  
954 muito cuidadoso de todos e que eles têm ido e que essa questão do deslocamento tem sido um  
955 problema porque só para chegar lá são dois dias e mais dois para voltar, então, tem toda essa  
956 dificuldade de chegar, mas eles têm ido. Ela se predispõe a fazer um levantamento de como isso está  
957 porque essa atuação eles têm feito em face dos municípios. Em geral, a execução desse projeto do  
958 "Resgate à Infância" é sempre precedida de reuniões com a Auditoria Fiscal do Trabalho, mas também  
959 com o Sistema de Justiça, como um todo local, justamente para que saibam que o MPT está indo e  
960 para colher informações do pessoal que atua lá porque o Ministério vai com procuradores como se  
961 fossem grupos mesmo. Eles têm verificado uma situação preocupante no Marajó, há um alto índice  
962 de exploração sexual e que como há uma preocupação também do governo federal, seja do  
963 Ministério dos Direitos Humanos, do Fórum e também da Auditoria, da Secretaria da Inspeção do  
964 Trabalho, há a possibilidade de uma soma de esforços porque sozinho se faz muito pouco e que, cada  
965 um somando com seu trabalho e tentando fazer de forma coordenada, as chances de ter resultado  
966 são muito mais efetivas.

967 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece e afirma que é exatamente isso e que ali é justamente o espaço  
968 para conhecer o trabalho que está sendo realizado por cada um dos órgãos e instituições que  
969 participam da Conaeti e que todos os relatos são muito produtivos e que puderam ver que há muita  
970 gente trabalhando no Pará ou trabalhando ali na região e, sim, é hora de somar esforços e que não  
971 adianta ela fazer um trabalho, o Fórum fazer outro e o MPT fazer outro, mas precisa ter a conjunção  
972 de todos esses trabalhos porque o objetivo comum é o mesmo e, então precisa se unir para que de  
973 fato consigam resultados. Em seguida, ela pergunta se pode encerrar esse assunto e que, ainda  
974 dentro desse item de pauta, ela informa que há um outro operativo, que está em andamento, que é  
975 o primeiro operativo nacional de fiscalização do trabalho infantil doméstico. Ela passa a palavra para  
976 a Sra. Paula Moreira Neves Pereira que vai comentar sobre o operativo e convida o Ministério Público  
977 do Trabalho a falar, pois também está com uma campanha envolvendo outros parceiros no trabalho  
978 infantil doméstico.



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

979 A Sra. Paula Moreira Neves Pereira diz que é do Ministério do Trabalho e informa que a Secretaria de  
980 Inspeção do Trabalho, por meio da Coordenação Nacional de Fiscalização do Trabalho Infantil, está  
981 realizando nos meses de agosto a outubro deste ano, o primeiro operativo nacional de fiscalização  
982 do trabalho infantil doméstico. As ações fiscais foram planejadas a partir de cruzamentos de dados,  
983 denúncias recebidas e bancos de informações das regionais acerca de situações de trabalho infantil  
984 doméstico realizado em casa de terceiros. Ela diz que, até a primeira semana de outubro, já foram  
985 constatados setenta e nove adolescentes em situação de trabalho infantil doméstico e que os demais  
986 dados e os resultados do operativo serão divulgados no dia 20 de outubro, sexta-feira, às 09h, no  
987 evento denominado "Painel Trabalho Infantil Doméstico: uma realidade invisível". O evento será  
988 presencial no auditório térreo, bloco k, do Ministério do Planejamento, com transmissão ao vivo pelo  
989 YouTube do canal da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho, a ENIT. O painel contará também com  
990 palestras de representantes da Coordenação Nacional de Fiscalização do Trabalho Infantil da Divisão  
991 de Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo, da Coordinfância do Ministério Público do  
992 Trabalho e do Ministério do Desenvolvimento e Assistências Social, Família e Combate à Fome. Ela  
993 segue explicando que o trabalho infantil doméstico é considerado uma das piores formas de trabalho  
994 infantil, mas é um dos tipos de trabalho infantil que apresenta maior dificuldade de identificação e  
995 de enfrentamento. O operativo e o painel sobre trabalho infantil doméstico foram organizados  
996 exatamente para dar uma maior visibilidade a esse tema, tanto para retirar crianças e adolescentes  
997 do trabalho infantil doméstico, como para prevenir que outras sejam submetidas a esse tipo de  
998 exploração. Ela informa que, ao final da reunião, será encaminhado para os membros da CONAETI,  
999 para todos os presentes, um *card* convite com as informações do evento e que convida todos a  
1000 participarem de forma presencial ou *online* e pede que divulguem o evento nas suas redes. Finaliza  
1001 agradecendo.

1002 A Sra. Cláudia de Mendonça Braga Soares diz que nesse ano, no MPT, a campanha de 12 de outubro,  
1003 Dia das Crianças, foi sobre o trabalho infantil doméstico e que foi um tema escolhido pelo colegiado  
1004 porque é um trabalho muito invisibilizado e, como a campanha tem essa finalidade de informar e  
1005 sensibilizar, eles entenderam que é um tema interessante para vincular numa campanha nacional e  
1006 destacar alguns aspectos do trabalho infantil doméstico. Ela diz que a questão do operativo que foi  
1007 feito com esse reconhecimento formal de vínculos de adolescentes, enfim, abaixo dos dezoito anos  
1008 e trabalhando formalmente com carteira assinada, que foi identificado pela Inspeção do Trabalho,  
1009 chamou a atenção do MPT para o fato de que muitos não sabem que, para trabalhar no trabalho  
1010 doméstico, tem que ser maior de dezoito anos e que está na lista TIP, mas muitos não sabem inclusive  
1011 formalizar o vínculo com menores de dezoito anos. Então, a campanha vem para esclarecer alguns  
1012 aspectos, como o marco etário para se trabalhar com serviços domésticos e trouxeram também  
1013 questões de raça e de gênero que está muito presente no trabalho doméstico, pois a maior parte  
1014 desse trabalho é realizado por meninas e 85% por meninas adolescentes negras e que essas questões  
1015 permeiam o recorte do trabalho infantil doméstico. Ela comenta que estava há pouco conversando  
1016 com a empresa a respeito desses dados e que foi uma campanha que teve engajamento muito bom,



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1017 mas é uma campanha que concorre com o Dia das Crianças e que é a mesma coisa do 12 de junho,  
1018 que concorre com o Dia dos Namorados, o que é uma concorrência desleal. Então, eles ampliam um  
1019 pouco o período de campanha que se inicia no dia 12 de outubro e finaliza no dia 20 e os resultados  
1020 são bem positivos e é feito com a correalização do MPT, Ministério do Trabalho e Emprego, Justiça  
1021 do Trabalho, com o apoio do FNPETI e com a OIT. Ela explica que, para os próximos anos, já estão  
1022 tendo uma conversa com os demais órgãos para conseguirem fazer essas campanhas com uma  
1023 antecedência maior para conseguir replicar e capilarizar mais ainda a campanha lá na ponta, com  
1024 apoio dos fóruns estaduais, replicar nos municípios e que quanto mais conseguirem essa  
1025 antecedência na disponibilização dos materiais, mais conseguirão atingir esse escopo. Ela agradece  
1026 a parceria sempre histórica da OIT, do FNPETI, da Justiça do Trabalho, do Ministério do Trabalho e  
1027 Emprego dessas campanhas que fazem com alcance nacional.

1028 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece e pergunta se mais alguém gostaria de comentar alguma coisa  
1029 sobre o trabalho infantil doméstico. Como ninguém se manifestou, ela dá continuidade e convida  
1030 todos a participarem do evento no dia 20 e avisa que vai colocar os *cards* no grupo e que, como a  
1031 Sra. Paula Moreira Neves Pereira falou, pede que divulguem também entre as redes de cada um para  
1032 conseguir atingir o público. Em seguida comenta que, dado o avançar da hora, os itens seis e sete da  
1033 pauta, na verdade, são uma proposta de trabalho para começar a ser construída dentro da Conaeti,  
1034 que seria o mapeamento das ações, dos planos e das políticas existentes no Brasil, nos estados e nos  
1035 municípios que estão diretamente relacionados ao trabalho infantil. Ela comenta que será um  
1036 trabalho árduo e extenso e que o objetivo é obter um mapa de tudo que está disponível. Ela observa  
1037 que acabaram de conversar que o trabalho infantil vai muito além e que o combate ao trabalho  
1038 infantil é uma ação muito mais ampla e que envolve muitas políticas, que envolve a questão social e  
1039 econômica. Então, precisam saber o que está disponível, o que está funcionando ou não. Menciona  
1040 as políticas da educação, da saúde, os planos que existem a nível estadual, o que está sendo  
1041 construído e o que está efetivamente funcionando. Conclui que essa seria a ideia: um levantamento  
1042 de tudo, um mapeamento para elaboração de um documento pela Conaeti que pode ser atualizado  
1043 de tempos em tempos e que, com isso, teriam um mapa de tudo que existe e que conseguiriam de  
1044 uma forma mais fácil ou, pelo menos, mais sistematizada, ter essas informações em mãos. Ela  
1045 enfatiza que não é um trabalho simples porque vai demandar, principalmente dos Ministérios, o  
1046 envolvimento muito grande para identificação de tudo que está disponível. Ela explica que se trata  
1047 de uma sugestão de trabalho e que não seria algo para ser constituído em grupo de trabalho, mas  
1048 que seria algo para todos os membros que, de alguma forma, possam contribuir a até mesmo em  
1049 parcerias com os fóruns estaduais e que poderiam ver com os parceiros que estão ali, que compõem  
1050 os fóruns estaduais, como eles poderiam contribuir, o que eles conseguiriam trazer de informação.  
1051 Conclui reafirmando que é uma sugestão de trabalho a ser desenvolvido ao longo do tempo por todos  
1052 os membros para conseguirem reunir essas informações e para definirem se isso é realmente  
1053 interessante, importante para o trabalho e se é possível de ser feito, se é interessante terem esse  
1054 mapeamento, esse documento e, se todos aprovarem, vão começar a pensar em como de fato



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1055 construir esse trabalho. Ela pede sugestões de quem poderia trazer que tipo de informação, como  
1056 poderiam colher essas informações, e quais informações de fato são necessárias. E exemplifica: qual  
1057 é a política, um resumo sobre essa política, isso está regulamentado em algum lugar, existe um  
1058 orçamento para isso, como é feita a distribuição desse orçamento, ou seja, em que grau vão esmiuçar  
1059 essas informações e se vão ter condições de consolidar tudo isso depois. Finaliza pedindo  
1060 manifestações e se acham que é importante ou se acham que é um trabalho desnecessário.

1061 A Sra. Katerina Volcov diz que faz um ano e meio que ela é secretária executiva do FNPETI e que,  
1062 quando ela chegou, fez essa mesma pergunta: se todos os estados têm políticas de enfrentamento  
1063 ao trabalho infantil, se todas as capitais dos estados têm, em termos de município, programas de  
1064 enfrentamento ao trabalho infantil. Ela diz que não encontrou no Fórum esse mapeamento e que, à  
1065 medida em que foi conversando com os fóruns, foi entendendo a problemática de cada estado, e  
1066 que cada estado está numa situação distinta, não tem uma uniformidade, em termos de políticas, de  
1067 ações. Há estados que fazem um trabalho excelente, há outros estados que se manifestam muito  
1068 menos, há estados que têm fóruns muitos desarticulados. Conclui dizendo que esse mapeamento,  
1069 em termos de políticas e programas seria fundamental para todos que fazem parte da Conaeti, seja  
1070 para o Ministério do Trabalho e Emprego, seja para o Fórum Nacional, para a Secretaria Nacional dos  
1071 Direitos da Crianças e do Adolescente, para o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social,  
1072 Família e Combate à Fome. Ela pensa que seria fundamental e que valeria a pena fazer esse  
1073 mapeamento, mas acha que quando a coisa é muito solta, tem receio de que não ande. Ressalta que  
1074 possuem dois grupos de trabalho: um que trata de fluxos e o outro que trata do plano e que esse  
1075 mapeamento exige pessoas, porque por mais que façam um questionário *Google Forms*, em que se  
1076 coloquem, por exemplo, a cópia do decreto estadual, as informações dos documentos, as legislações,  
1077 será necessário sistematizar, precisa se organizar, precisa colocar isso inclusive de modo  
1078 transparente. O Fórum tem espaço, por exemplo, para colocar todos esses documentos à disposição,  
1079 mas precisa sistematizar e isso são horas de trabalho. Ela diz que tende a pensar que para essa  
1080 proposta de mapeamento seria interessante constituir um grupo de trabalho e aí, com quem de fato  
1081 pode sistematizar esses dados ou puxar as informações, elaborar o formulário, encaminhar para os  
1082 fóruns estaduais e os fóruns estaduais trazerem a devolutiva. Isso, o Fórum Nacional pode fazer, mas,  
1083 é necessário alguém ou algumas pessoas para se debruçar na sistematização desses dados.

1084 Em seguida, a Sra. Luiza Carvalho Fachin passa a palavra para a Sra. Luísa Carvalho Rodrigues.

1085 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues comenta que estava dando uma olhadinha, e que, por estar  
1086 chegando naquele momento, não estava compreendendo bem qual é o objetivo e como sistematizar  
1087 as informações e que, se houver algo que parta do seu lugar de ignorância, pede desculpas. Ela acha  
1088 que, às vezes, como a Coordenação Nacional do Ministério Público do Trabalho tem que pedir  
1089 informações a colegas sobre casos em que eles estão atuando, por exemplo, é uma dificuldade muito  
1090 grande fazer esse levantamento, mesmo tendo pessoas responsáveis em cada regional. Mesmo que  
1091 façam com o *Google Forms*, que é a forma em que as pessoas respondem mais, mesmo assim, eles





## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1092 têm enfrentado muita dificuldade. Confessa ter uma preocupação com relação a isso e comenta que  
1093 estava dando uma olhada na plataforma SmartLab que foi citada pela Sra. Katerina Volcov, que é  
1094 uma plataforma bem interessante porque traz os dados públicos oficiais a respeito do trabalho  
1095 infantil e de várias áreas relacionadas ao mundo do trabalho e que tem abas específicas e que uma  
1096 delas é do trabalho infantil e dentro da área do trabalho infantil tem vários dados: SINAN, Censo  
1097 Agropecuário, Prova Brasil, Mapear, enfim, tem vários dados. Uma das abas que ela estava olhando  
1098 naquele momento é de enfrentamento do trabalho infantil e traz dados de pesquisas de informações  
1099 básicas municipais e pesquisa de informações básicas estaduais do IBGE, só que são dados  
1100 desatualizados, mas que trazem exatamente esses aspectos de ações municipais e estaduais e que,  
1101 com relação a ações municipais de enfrentamento ao trabalho infantil, traz dados de ações de  
1102 enfrentamento de erradicação e estaduais, traz políticas ações e programas. Conclui dizendo que é  
1103 basicamente coincidente com o objeto que está sendo tratado. Ela relata que ficou pensando que a  
1104 pesquisa de informações municipais é de 2019 e as estaduais de 2014, então, sim, há uma defasagem,  
1105 e que traz o número de municípios e em quantos municípios tem ações, em 65% dos municípios  
1106 brasileiros. Ela explica que o sistema trata esses dados, cruzando-os e colocando em gráficos. O  
1107 exemplo que ela deu é de dados Brasil, mas que podem fazer a pesquisa das mais variadas formas:  
1108 por estados, por municípios O sistema também traz o desenho, onde há mais ou onde há menos. E  
1109 ações estaduais têm na maioria das unidades da federação: 96%. Ela explica que são dados do IBGE  
1110 e que não sabe se, nesse intuito, não seria interessante conversar com o IBGE porque talvez eles  
1111 sejam a fonte centralizadora dessas informações por meio de pesquisas oficiais, que facilitariam os  
1112 trabalhos, pois não sabe se conseguiriam ter os mesmos resultados, as mesmas informações que eles  
1113 conseguem por meio dessas pesquisas e se tem pesquisas mais atualizadas ou não se tem previsões  
1114 de fazerem ou não. Não sabe dizer se isso estava junto com o Censo de alguma forma. Comenta que  
1115 uma outra ideia que veio à sua mente foi a respeito daqueles diagnósticos que foram feitos de  
1116 maneira intersetorial sobre os municípios, por meio de um acordo de cooperação técnica da OIT com  
1117 o Ministério do Desenvolvimento Social, e que já tem uns anos, mas foram feitos esses diagnósticos,  
1118 mas não soube dizer quando foi e não sabe também, mas talvez alguém poderia informar melhor, se  
1119 é que tem alguma informação nova sobre o assunto, de que se estava buscando atualizar esses  
1120 diagnósticos, porque esses diagnósticos são muitos ricos, de acordo com a sua visão. Explicou que,  
1121 quando atuava na atividade fim do Ministério Público do Trabalho, sempre que havia uma questão  
1122 de trabalho infantil, ela utilizava esses diagnósticos porque eles trazem justamente quantas ações,  
1123 planos municipais e o que está acontecendo naquele município. É possível ver esse diagnóstico  
1124 intersetorial por todos os municípios do Brasil. Traz muita informação sobre o trabalho infantil e é  
1125 um material muito rico que já está pronto e que talvez esteja sendo atualizado. Ela não sabe dizer se  
1126 confundiu ou não com isso, mas que é um material muito bom e que já existe. Ela comenta que a sua  
1127 preocupação é "vamos fazer isso" e acabe que não vá. Conclui dizendo que são algumas sugestões  
1128 que, de alguma forma, podem dar um pouco mais de resultado.





## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1129 A Sra. Luiza Carvalho Fachin diz que as contribuições foram excelentes e pergunta se no SmartLab  
1130 tem o detalhamento dessas ações ou é só a questão do número, por exemplo: quantos estados têm,  
1131 qual seria o plano para se entender um pouquinho do plano.

1132 A Sra. Katerina Volcov responde que geralmente eles colocam no SmartLab se tem política municipal  
1133 de enfrentamento ao trabalho infantil, qual a política que tem, então, coloca sim ou não, mas não há  
1134 texto. Ela comenta que, quando se faz a proposta do mapeamento, para além de saber se sim ou  
1135 não, é preciso ter acesso ao documento, porque inclusive vai dar para fazer uma análise qualitativa  
1136 do que tem funcionado e se esse documento traduz a realidade ou se aquele do outro estado  
1137 funciona melhor. E assim, comparar experiências, inclusive, por meio desse regramento que talvez  
1138 exista dessa política instituída e os números que estão sendo embasados inclusive com a análise  
1139 desse diagnóstico que a Sra. Luísa Carvalho Rodrigues mencionou. Ela explica que, de fato, acessou  
1140 esses diagnósticos, que eles são antigos e foram produzidos pela OIT com apoio do MPT, e que não  
1141 se lembra, em nenhum momento, de terem falado que iriam ser atualizados e que, o que estava  
1142 sendo proposto, foi o PRODOC para fazer a avaliação do PETI. A OIT está fazendo a avaliação do PETI.  
1143 E enfatiza que, se ela não "comeu bola", não se lembra de ter ouvido a respeito da revisão desses  
1144 diagnósticos intersetoriais, mas que isso é algo que pode ser feito e de um outro campo e que ter os  
1145 materiais, essas ações, essas políticas em si é mais benéfico do que ter só um "sim ou não".

1146 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues diz que é só numérico, "tem ou não tem" e que não traz essa parte  
1147 política.

1148 A Sra. Luiza Carvalho Fachin pergunta se citam somente IBGE ou se especificam se é censo ou  
1149 PNAD.

1150 A Dra. Luísa Rodrigues diz que o documento traz qual foi a pesquisa específica de referência.

1151 A Sra. Luiza Carvalho Fachin diz que é importante até para saberem se vai ter uma atualização,  
1152 porque não é o ideal, mas pode ser um ponto de partida saber onde existem, quantas existem, para,  
1153 depois, poderem esmiuçar isso. Ela diz que, pelo que todos ali falaram, é, sim, um trabalho  
1154 importante e, que agora terão que definir como vai ser a metodologia do trabalho. Ela explica que a  
1155 questão do grupo de trabalho, de acordo com o regimento da Conaeti, só pode haver dois grupos de  
1156 trabalho simultâneos, até mesmo porque o grupo não tem "pernas" para isso, pois todos têm que  
1157 participar de tudo e que então fica complicado, mas, ela acha que tem que se pensar na metodologia  
1158 que irão fazer. Ela explica que trouxe a ideia e que, de agora até a reunião de dezembro, terão como  
1159 pensar nisso e que podem encaminhar ideias para ela e até chamarem para uma discussão, antes  
1160 mesmo da reunião de dezembro, para terem algo mais pronto até lá e poderem pensar em como  
1161 podem de fato colocar isso em prática para que não fique um trabalho que começa e não termina ou  
1162 um trabalho que começa e não é sistematizado, porque não é isso que querem.



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1163 A Sra. Luísa Carvalho Rodrigues pergunta se já tem previsão de início dos grupos de trabalhos  
1164 instituídos?

1165 A Sra. Luiza Carvalho Fachin responde que será em novembro e que ainda estão com algumas  
1166 pendências de definição de membros que não foi encaminhada, mas que, em novembro, já haverá a  
1167 primeira reunião. Em seguida, ela abre a palavra para o Sr. Francisco Coullanges Xavier.

1168 O Sr. Francisco Coullanges Xavier diz que gostaria de fazer um breve histórico rapidamente e explica  
1169 que houve mesmo esses diagnósticos municipais numa época em que não havia SmartLab. Na  
1170 verdade, o que a OIT fez, naquele período, foi coletar diversas bases de dados para pensar, a nível de  
1171 município, o que ele tinha e o que ele não tinha e que, até onde ele se lembra, não houve uma  
1172 pesquisa em cada município, perguntando se tinha ou não. Houve uma compilação de dados do IBGE,  
1173 de saúde, de educação, de assistência social etc. e que dava para ter um panorama. E cita alguns  
1174 exemplos: Tem serviço de convivência? Quanto de trabalho infantil marcou no serviço de  
1175 convivência? E explica que esses são dados que eles produzem e que acha importante o  
1176 levantamento de dados nesse nível e que é uma tarefa muito grande, uma tarefa gigantesca  
1177 especialmente nas políticas públicas que têm abrangência em todos os municípios e que conseguir  
1178 levantar todas as informações em unidade de saúde, unidade de assistência social, é realmente um  
1179 esforço grande. No caso da Assistência Social, eles têm, no censo SUAS, perguntas que são feitas  
1180 anualmente ou, às vezes, bianualmente, com relação ao trabalho infantil e que há dez ou mais  
1181 perguntas que vão investigar sobre a gestão do trabalho infantil no município, no âmbito da  
1182 Assistência Social. E cita um exemplo: "você tem PETI?", "você faz ou não campanha?", "você  
1183 encaminha ou não para o Conselho Tutelar?" Ele explica que o MDS tem isso de forma permanente  
1184 e que dá para fazer um levantamento histórico do ponto de vista da Assistência Social e que não é  
1185 perguntado, por exemplo, se tem plano municipal porque se entende que isso não é uma atribuição  
1186 apenas da Assistência Social, mas sim de um conjunto de políticas públicas que tem que fazer esse  
1187 planejamento. Logo, no que tange ao SUAS, já há esses levantamentos periódicos: se o município  
1188 tem feito ações ali dentro do PETI ou mesmo fora dele e que, isso, conseguem mapear. E comenta  
1189 que, como a Sra. Luiza Carvalho Fachin disse, já há dois grupos instituídos, e que isso poderia ser um  
1190 degrau, um passo dentro da avaliação do plano nacional, porque primeiro precisam saber quantos  
1191 municípios têm plano, quantos estados têm plano, e, se sim, se existe uma organização intersetorial  
1192 mínima para que esse plano tenha saído. Ele não sabe se, no âmbito da discussão da avaliação do  
1193 terceiro plano e da elaboração do quarto, poderia entrar de uma forma mais sucinta ou não. Ele  
1194 explica que já discutiu com a OIT sobre a atualização dos diagnósticos, mas, na verdade, a OIT  
1195 também desenvolveu uma outra ferramenta anos atrás que foi o Modelo de Identificação de Risco  
1196 de Trabalho Infantil (MIRTI) e que não conseguiram aplicar no Brasil, nos últimos seis anos, por  
1197 diversas questões, mas que, outros países da Iniciativa Regional já têm utilizado – com destaque para  
1198 o México. É um modelo que capta diversas evidências, usa metodologias específicas que vão apontar  
1199 se determinado município está mais vulnerável com a situação de trabalho infantil. Ele explica que,



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1200 no âmbito do PRODOC, já tem conversado com OIT, por exemplo, para atualização desse MIRTI, que  
1201 já tinha sido feito no Brasil e impresso inclusive, mostrando como o interior do Rio Grande do Sul do  
1202 Brasil era um espaço com muita incidência de trabalho infantil na zona rural etc. Já haviam pensado  
1203 na atualização no âmbito do PRODOC, inclusive, para utilizarem como balizador de política pública e  
1204 que depois a OIT pode conversar um pouco melhor com o grupo para demonstrar como seria isso e  
1205 que ele acha que não seriam mais os diagnósticos, mas seria o Modelo de Identificação de Risco, mas  
1206 que é algo a discutir. Ele acha que, internamente, o grupo tem que amadurecer e levar isso  
1207 internamente para o Ministério para discutir o alcance que tem e se é realmente necessário fazer um  
1208 novo levantamento ou aproveitar os levantamentos que o Censo SUAS faz. E explica que o Censo  
1209 SUAS tem um nível de resposta de 97%, 98% porque os municípios são obrigados a responder e que  
1210 esse, que foi proposto, não sabe que nível conseguiriam, a não ser que o Ministério Público entre  
1211 com muita força, obrigando os municípios a responder, mas que o Censo possibilita alguma  
1212 segurança com relação às informações no âmbito do SUAS, no âmbito de outras políticas ou de  
1213 gestão em geral, eles não perguntam. Ele acha que, se for decidido que seja feito esse levantamento  
1214 mais robusto, terão que discutir mais internamente quais são as condições nesse momento, pois é  
1215 final de ano e os municípios estão respondendo o Censo SUAS e se conseguiriam ter uma resposta  
1216 satisfatória e segura nesse sentido. E explica que, para fazer uma pesquisa diagnóstica dentro do  
1217 SUAS, há todo um trâmite: tem que chamar a vigilância socioassistencial, fazer um estudo sobre como  
1218 levantar essas informações, o gestor não responde para qualquer um, logo, não adianta só enviar um  
1219 *Google Forms* com e-mail dizendo que sou coordenador que ele irá responder. Conclui dizendo que  
1220 há uma série de questões a serem discutidas internamente para conseguirem ter respostas  
1221 satisfatórias e que, realmente, não é simples fazer esse levantamento. Ele sugere que avaliem se é  
1222 possível aproveitar o levantamento que o MDS já faz e que não é ruim, pois os dados que o Censo  
1223 SUAS traz são muito interessantes e há série histórica que eles podem demonstrar e, se for o caso de  
1224 ampliar isso, podem discutir mais internamente. Ele sugere também uma conversa com a Sra. Ana  
1225 Carla Costa Rocha para que amadureçam internamente qual seria o melhor caminho. Finaliza  
1226 agradecendo.

1227 A Sra. Luiza Carvalho Fachin diz que as considerações trazidas por ele são muito importantes,  
1228 principalmente, nesse sentido de que eles não vão responder a qualquer um, então é necessário  
1229 pensar muito bem como vão conseguir essas informações. Ela o informa que a Sra. Ana Carla Costa  
1230 Rocha não está mais na reunião porque precisou sair e que ela não pegou nada dessa pauta. Ela pede  
1231 que o Sr. Francisco Coullanges Xavier passe para a Sra. Ana Carla Costa Rocha as informações e que  
1232 depois voltam a conversar sobre esse assunto. Ela acha, sim, que podem aproveitar as informações  
1233 do Censo SUAS.

1234 Em seguida, ela passa a palavra para o Sr. Erik Ferraz.

1235 O Sr. Erik Ferraz diz que gostaria de fazer um esclarecimento sobre o tema do diagnóstico que foi  
1236 citado e explica que é um diagnóstico antigo chamado “Diagnóstico Intersetorial” e que foi feito na



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1237 época do redesenho PETI. A OIT apoiou tecnicamente e que, de fato, ele foi feito com uma série de  
1238 base de dados que foi compilada. Eram muitas tabelas de Excel e vários outros formatos, que foram  
1239 compilados naquela época e saiu aquele Diagnóstico Intersectorial. Hoje, com o SmartLab, ele já não  
1240 faz mais sentido porque o SmartLab tem sido trabalhado para que seja atualizado periodicamente e  
1241 que não exatamente 100% das informações que havia no Intersectorial tem hoje no SmartLab, mas a  
1242 tendência é melhorar. Então, o Diagnóstico Intersectorial está completamente desatualizado, não  
1243 serve mais e que hoje, de fato, teriam que usar o que tem no SmartLab sobre trabalho infantil.

1244 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece, diz que já são dezessete horas e que precisa tratar de dois  
1245 pontos com os presentes rapidamente. Ela comenta que, caso o grupo concorde, pode ser deixado  
1246 como encaminhamento que foi entendido que sim, é importante esse mapeamento e que cada um,  
1247 dentro das suas possibilidades, vai pensar em como pode fazer esse trabalho. Propõe de ir  
1248 trocando ideias até dezembro na tentativa de se trazer alguma coisa mais construída para a próxima  
1249 reunião ordinária. Em seguida, ela afirma que o próximo item da pauta seria a pauta da reunião do  
1250 dia 7 de dezembro, que a Sra. Katerina Volcov já adiantou, e que, então, será bem rápido. Explica que  
1251 é realmente isso, o objetivo é começar a trazer assuntos específicos para serem tratados nas reuniões  
1252 ordinárias e que já passaram pela fase crítica que era a construção do Regimento, que tomou algumas  
1253 reuniões para ser construído, e que agora já está tudo certo e podem iniciar esse trabalho de  
1254 discussão sobre alguns temas específicos e a sugestão é que o primeiro tema a ser tratado seja o  
1255 trabalho infantil na Amazônia e que abordem a questão do Fator Amazônico, que tragam  
1256 especialistas para serem ouvidos e que cada um possa apresentar o trabalho que está realizando. Ela  
1257 pergunta se há alguma objeção com relação a esse assunto ser tratado na próxima reunião. Como  
1258 ninguém se manifesta, ela conclui que esse tema irá fazer parte da pauta da próxima reunião, junto  
1259 com as mesas de fronteira e com a continuidade desse trabalho de mapeamento. Ela pede que as  
1260 contribuições sobre o tema para a próxima reunião "O trabalho infantil na Amazônia" sejam  
1261 encaminhadas até dia 17 de novembro para o e-mail [trabalhoinfantil@mtp.gov.br](mailto:trabalhoinfantil@mtp.gov.br) e que se alguém  
1262 tiver algum especialista para indicar ou quiser fazer alguma apresentação sobre o tema, que  
1263 encaminhe as informações até o dia 17 para que consigam se organizar e emitir os convites, se  
1264 necessário. E, dentro dos informes gerais, ela começa a comentar sobre a questão dos grupos de  
1265 trabalho, porém, o Sr. Lucas Marinho pede a palavra.

1266 O Sr. Lucas Marinho pergunta se as propostas de temas são somente sobre trabalho infantil na  
1267 Amazônia e mesas de fronteira.

1268 A Sra. Luiza Carvalho Fachin responde que, para a próxima reunião ordinária, no dia 07 de dezembro,  
1269 são somente esses temas por enquanto e que, quem quiser apresentar outros temas, pode  
1270 encaminhar por e-mail. Ela explica que trouxe um tema específico, que seria o trabalho infantil na  
1271 Amazônia, com apresentações e convidados especialistas para abordarem o tema e que, se for  
1272 aprovado para a próxima reunião, constará na pauta, mas que a pauta poderá ser complementada e  
1273 será encaminhada por Ofício.



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1274 O Sr. Francisco Coullanges Xavier diz que levantou a mão virtualmente só para perguntar com relação  
1275 às mesas de fronteira, porque tem todo um trabalho antigo da Iniciativa Regional e ele ficou em  
1276 dúvida se isso de alguma maneira não precisaria estar mais junto e se valeria a pena, para a próxima  
1277 reunião, chamar uma representação da Iniciativa Regional ou se essa mesa de fronteira já está  
1278 incluída e ele não sabe, pois a Iniciativa Regional congrega trinta e um países e que, inclusive, foi  
1279 comentado mais cedo de se fazer um levantamento sobre os tipos de legislação em outros países.  
1280 Ele acha que a Iniciativa Regional seria um espaço muito tranquilo para fazer isso porque a  
1281 participação realmente acontece e que conseguiriam fazer esse mapeamento a nível de América  
1282 Latina e Caribe, e, em relação às mesas de fronteira, ele explica ter pontuado diversas vezes sobre o  
1283 trabalho infantil em região de fronteira no âmbito da Iniciativa Regional e de como os países podem  
1284 estabelecer normativas conjuntas para tentar dar conta disso. É muito difícil e complexo e não se  
1285 obtém uma resposta, muitas vezes isso gera casos de xenofobia. Ele volta a dizer que poderia ser  
1286 interessante nesse contexto chamar uma representação, podendo ser a Fernanda da OIT ou a própria  
1287 Sra. Maria Cláudia Falcão, para pensarem juntos em como potencializar isso, por meio da Iniciativa  
1288 Regional e enfatiza que, inclusive, terá o encontro de todos os membros na semana que vem em  
1289 Lima. Ele não sabe se será a Sra. Luiza Carvalho Fachin ou o Sr. Roberto Padilha Guimarães que irão  
1290 e informa que o MDS terá representação lá também.

1291 A Sra. Luiza Carvalho Fachin informa que o Sr. Roberto Padilha Guimarães irá ao encontro e diz que  
1292 levará o assunto para o mesmo. Ela não sabe falar sobre a questão da Iniciativa Regional e das mesas  
1293 de fronteira e que vão trazer, a princípio, para a próxima reunião, os esclarecimentos sobre as mesas  
1294 de fronteira, que a Sra. Katerina Volcov pediu para ser falado um pouco mais, como elas funcionam,  
1295 quais os resultados que já se têm. Então é isso que ela pedirá para o Sr. Roberto Padilha Guimarães  
1296 incluir na pauta da próxima reunião. Ela explica que, por enquanto, o que tem de pauta para reunião  
1297 é isso: esclarecimentos sobre as mesas de fronteira e o trabalho infantil na Amazônia, mas que a  
1298 pauta completa será encaminhada no Ofício. E, para finalizar, ela comenta sobre os grupos de  
1299 trabalho e explica que, na última reunião, pediram que fossem enviadas as indicações de quem iria  
1300 compor os grupos de trabalho: Ministério Público do Trabalho está tudo certo, encaminharam as  
1301 indicações, representantes dos trabalhadores também já indicaram, é a Sra. Fanny Ferreira Melo que  
1302 irá participar do fluxo nacional e a Sra. Iara Freire do quarto plano nacional, dos Empregadores foi  
1303 recebida a indicação para o GT do fluxo nacional, mas não do GT do quarto plano.

1304 O Sr. Lucas Marinho Lima comenta que, na verdade, ele terá que alinhar isso com o Sr. Wilson Correa  
1305 de Araújo Neto porque ele é o titular e que o mesmo é suplente e que não foi passada nenhuma  
1306 demanda sobre isso, mas que ele irá alinhar com o Sr. Wilson e dará um retorno.

1307 A Sra. Luiza Carvalho Fachin diz que está joia e comenta que a Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo  
1308 estava falando sem o microfone e que não estavam conseguindo ouvi-la. Ela, então, pede desculpa  
1309 e passa a palavra.



## COMISSÃO NACIONAL DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

1310 A Sra. Carolina Carvalhais Vieira de Melo diz que até o final da semana passará os nomes do titular  
1311 e suplente dos grupos de trabalho.

1312 A Sra. Luiza Carvalho Fachin agradece e diz que se ela puder passar até sexta feira, porque na próxima  
1313 semana já irá fazer a estruturação dos grupos para entrar em contato e agendar a primeira reunião  
1314 para novembro, porque o tempo está passando e ainda não conseguiram iniciar os trabalhos nos GTs.  
1315 A previsão é de que consiga marcar uma reunião para novembro e lembra que as reuniões do GT  
1316 serão telepresenciais para facilitar o trabalho e possibilitar a participação de todos. Explica que  
1317 aguardará as indicações até sexta-feira para que possam depois entrar em contato com todos para  
1318 agendar a primeira reunião dos dois grupos de trabalhos. Em seguida, ela conclui dizendo que  
1319 conseguiram cumprir a pauta do dia e lembra que o próximo encontro, já agendado, será a quarta  
1320 reunião ordinária da Conaeti, que irá acontecer no dia 07 de dezembro, no mesmo formato híbrido  
1321 e presencial na sala MTE, e que depois irá encaminhar o *link* pelo Teams e que será a quarta e última  
1322 reunião de 2023, que passou rápido, mas conseguiram cumprir o trabalho do ano. Finaliza  
1323 agradecendo imensamente a participação e a presença de todos e dá por encerrada a terceira  
1324 reunião ordinária.